



# Anais da Assembléia

Nº 178

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE OUTUBRO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Rossoni
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartório - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Cato Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1997  
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademir Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cezar Silvestri, Cleiton Kiele, Duffio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Tecchy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pêrides Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmar Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Registro, com satisfação, a pedido do Deputado Nelson Garcia, a presença, neste Plenário, dos Vereadores de Umuarama, Penido e Ismar.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2439**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

**REQUERIMENTO Nº 2438**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consagração na Ata da presente Sessão Plenária, agilização do Projeto de Lei nº 556/96, a qual altera a alínea "a", do inciso III, do artigo 14, da Lei nº 11.580/96 (ICMS).

Ao incluirmos a expressão "Telecomunicações" na alínea "a", inciso III, do artigo 14, intentamos desfazer o grande prejuízo futuro que terão as empresas radicadas em nosso Estado. Pois, estas não poderiam competir com as dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, já que naqueles estados a alíquota é de 7% (sete por cento) e aqui no Paraná é de 17% (dezessete por cento). Se não reduzida a alíquota, essas mesmas empresas terão que fechar suas portas por absoluta impossibilidade de concorrer em pé de igualdade com outras dos estados já acima citados.

Pelo acima exposto e pela importância da matéria,

esperamos contar com o devido apoio dos nossos Pares nesta Casa.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) CLEITON KIELE.

**REQUERIMENTO Nº 2434**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do ex-Vereador Pedro da Cruz Sobrinho, ocorrido em 25 de setembro 97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

**JUSTIFICATIVA:**

Aos 68 anos de idade, faleceu, o ex-Vereador Pedro da Cruz Sobrinho, em lamentável acidente no último dia 25 de setembro.

O extinto deixou viúva Dona Azéila Dalcumoni da Cruz, 05 filhos e seis netos.

De tradicional família do Município de São Mateus do Sul, Pedro da Cruz Sobrinho foi Vereador por três Legislaturas. Foi o fundador do C.T.G. Rancho Alegre, o quarto mais antigo do Paraná.

O passamento do ex-Vereador Pedro da Cruz Sobrinho veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Pedro da Cruz Sobrinho, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Cruz, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

**REQUERIMENTO Nº 2459**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata e oficiada à família do professor Theodócio Atherino, as manifestações de profundo pesar desta Assembleia Legislativa pelo seu falecimento ocorrido no último 15 de outubro.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARAES.

**JUSTIFICATIVA:**

Tem o presente, a finalidade de prestar uma última homenagem, a uma pessoa de grande valor e muitas qualidades, a um homem que sempre colocou os interesses da comunidade acima de preocupações pessoais.

Os inúmeros exemplos deixados pelo Professor Theodócio Atherino, ex-Reitor da Universidade Federal do Paraná, mestre do cálculo matemático, planejador de estradas, diretor do DER no período de 58 a 61, grande pesquisador editando vários trabalhos científicos nortearão, com certeza, os caminhos daqueles que tiveram o privilégio de conviver com esta pessoa extraordinária.

**REQUERIMENTO Nº 2464**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de pesar à Família Pinheiro Machado, pelo falecimento do Ilustre Professor e Historiador, Brasil Pinheiro Machado, ocorrido no dia 18 de outubro do corrente aos 89 anos, na cidade de Curitiba.

O Professor Brasil Pinheiro Machado, ocupou ao longo de sua vida, vários cargos públicos, entre eles a nomeação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), como intervenor do Estado do Paraná, em 1946, para restaurar a ordem constitucional, após a ditadura de Getúlio Vargas, foi ainda Presidente do Tribunal de Contas (TC), vice-Reitor da Universidade Federal do Paraná, Deputado Estadual, Deputado Federal.

Nestas termos pede deferimento, conforme dispõe o Art. 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente à família, na Rua Carlos de Carvalho, 1663, Batel, CEP 80730-200, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO Nº 2435

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Piên, pelo transcurso de seus 36 anos de emancipação política no dia 01 de novembro/97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Orlando Dranka, ao vice-Prefeito Senhor Moacir Grazi Gonçalves, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Piên.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população do Município de Piên estará comemorando seus 36 anos de emancipação política no próximo dia 01 de novembro.

Através desta proposição prestamos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento à toda população de Piên que não mede esforços em prol do progresso cada vez maior do seu município.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, congratula-se com toda a população de Piên, principalmente com os que acreditam que é somente com trabalho e muito trabalho que se obtém, segurança e se escreve o futuro construindo um Paraná melhor para todos os paranaenses.

#### REQUERIMENTO Nº 2441

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao jornalista e crítico literário Wilson Martins, ganhador do Prêmio Antônio Ernânio de Moraes, oferecido pela Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto de sua obra.

Requer ainda que a decisão do Plenário, seja comunicada ao homenageado, à Rua João Gualberto, 1435, apartamento 71, Edifício Sobral - CEP: 80.030-001, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) BETO RICHÁ

#### JUSTIFICATIVA:

O paranaense Wilson Martins, considerado o último dos grandes críticos literários do País, acaba de ser homenageado pela Academia Brasileira de Letras com o Prêmio Antônio Ernânio de Moraes pelo conjunto de sua obra.

Crítico do Jornal O Globo, no Paraná seu trabalho é reproduzido pelo Jornal Gazeta do Povo, Wilson Martins se mantém distante daqueles que têm seu trabalho analisado. Com passagem pelos grandes jornais do País, Wilson Martins conseguiu o que parece ser quase impossível para muitos nos dias de hoje: uma história de vida pessoal e profissional recheada de sucesso e grandes conquistas.

Com o apoio desta Casa de Leis, Wilson Martins é um valioso paranaense que merece nosso aplauso e nosso reconhecimento por toda a sua história.

#### REQUERIMENTO Nº 2460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao escritor paranaense Valdeffrio Michel, pelo lançamento, no último dia 17 de outubro, de seu segundo livro, sob o título "Só Ficaram Lembranças".

Requer ainda, que se dê ciência deste requerimento ao homenageado, à Rua Rio de Janeiro nº 519, em Capanema/PR.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Nascido no Estado do Rio Grande do Sul, Valdeffrio Michel veio para o Sudoeste do Paraná no ano de 1968, radicando-se no Município de Capanema, onde exerceu as funções de professor, tendo inclusive ocupado o cargo de Diretor nos Colégios Padre Cirilo, Rocha Pombo e Santa Cruz.

O Professor Valdeffrio Michel sempre foi dedicado às causas culturais do município e da região, tendo inclusive fundado o 1º jornal com circulação regular, chamado "O Trombeta" e, atualmente, demonstrando sua capacidade de divisão de tempo para diversas atividades, ajudou a fundar e dirige um novo semanário: "O Caminho", jornal que tem como objetivo e preocupação principal a divulgação de fatos e acontecimentos regionais.

Recentemente, enveredando pelos caminhos da literatura, editou, com sucesso o livro "Toca um Sino na Saudade" e, incentivado pela receptividade de sua obra, bem como pela necessidade de dar continuidade ao enredo da história ali descrita, lançou, no último dia 17 do corrente, o seu segundo livro, intitulado "Só Ficaram Lembranças".

Por estas razões e conhecendo as dificuldades dos autores paranaenses, principalmente os residentes no interior do Estado, em conseguir editoras e distribuidoras para divulgação de suas obras, é que reconhecemos o grande valor de Valdeffrio Michel, o que o faz merecedor desta homenagem.

#### REQUERIMENTO Nº 2461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor Luiz Bonacin Filho, alusivos ao lançamento do Projeto Bom Aluno, ocorrido em 20 de outubro do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Paranaíba nº 1996, Vila Pernetá, CEP: 83324-390, Pinhais - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2462

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor Francisco Simão Rodrigues Neto, alusivos ao lançamento do Projeto Bom Aluno, ocorrido em 20 de outubro do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Paranaíba nº 1996, Vila Pernetá, CEP: 83324-390, Pinhais - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulação pelo Centenário de fundação da Igreja Ucrâino-Católica de Rito Bizantino no Brasil, ocorrido em outubro do corrente ano nesta Capital.

Outrossim, solicita da decisão da Mesa que seja enviado cópia do requerimento na pessoa do Bispo Dom Efraim Basílio Krevey.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) JOÃO TECHY

#### REQUERIMENTO Nº 2468

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pelos vinte e cinco anos de Ordenação Episcopal, ocorrido em outubro do corrente ano nesta Capital.

Outrossim, solicita da decisão da Mesa que seja enviado cópia do requerimento na pessoa do Bispo Dom Efraim Basílio Krevey.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) JOÃO TECHY

#### REQUERIMENTO Nº 2436

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja consignada moção honrosa, à Secretaria Especial da Política Habitacional e COHAPAR, na pessoa de seu Secretário e Presidente Rafael Bernardo Dely, e demais funcionários pelo brilhante trabalho desenvolvido nos trinta meses de Governo Jaime Lerner.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

É absolutamente justo o reconhecimento que ora pleiteamos nesta Casa, pois é notório em todos os municípios paranaenses o trabalho de vanguarda desenvolvido pela Secretaria Especial da Política Habitacional através da COHAPAR, dando mostras efetivas, com programas que visam a valorização do ser humano na área habitacional.

Como prova do alto cabedal de conhecimento do Secretário Rafael Dely, merece registro a matéria do Jornalista Valério Fabris da Gazeta Mercantil, intitulada "O Sentido Humano da Habitação Popular" que entre outras oportunidades considerações, destaca-se: "Como o assunto aqui é habitação, falta dizer que Rafael Dely é também o mentor e executor do programa de autoconstrução. Melhor: do programa de autogestão. Quem desenha (se quiser com a ajuda de um arquiteto) e constrói a casa é a família que nela vai morar. Que não se confunda com mutirão. Os mutirões muitas vezes são mentirões, demagogia barata.

Na autoconstrução, ele mesmo - o mutuário - que não é o mortuário dos conjuntos massificados - compra os materiais e, freqüentemente, compra mais e melhores materiais do que faria um tecnoburocrata. No ato de colocar tijolo, há uma interação emocional, a comunhão da família. A casa pode nascer como um simples embrião. Depois, com o tempo, vai tomando novas formas. Pode surgir uma edícula, uma varanda, um terraço.

Nos terrenos dos programas de autoconstrução - ou autogestão - florescem bairros, moldados na particularidade de cada um dos seus habitantes. Os novos moradores não carregam na testa o estigma de habitantes do BNH, do INOCOOP, do IBC, do conjunto Presidente Médici.

São, como nós outros, almas identificadas com a fachada do lar, fazedores do viver, plenas de realizações, esperanças e fantasias", observou o jornalista. Nota-se ainda que a mesma filosofia e os mesmos conceitos de habitação, que foram aplicados em Curitiba estão sendo utilizados agora durante a gestão de Rafael Dely na COHAPAR.

Esses valores se resumem em tratar a moradia popular com mais dignidade, procurando vinculá-la ao trabalho. Assim é com o Programa das Vilas Rurais e também

com o Programa Casa Feliz, suas Ruas do Ofício, Lotes Isolados, Morada do Mestre, Casa da Guarda e outras modalidades.

O Governo do Paraná também não constrói mais aquelas casas populares padronizadas, todas massificadas, que consideram gente como gado - tudo igual.

Agora as casas populares são verdadeiras moradias, com toda a dignidade. Casa moradia é diferente da outra, o morador tem o direito de definir a sua casa do jeito que preferir.

Agora, o financiamento vai direto para o morador, que compra o material que quiser e onde quiser. Também pode contratar a mão de obra que precisar.

Tanto das Vilas Rurais como nas novas áreas residenciais, que não são mais conjuntos habitacionais, a satisfação dos moradores é muito grande. O sucesso desses dois programas de habitação no interior do Paraná é total.

Quem tem a oportunidade de viajar pelo Estado, por terra ou pelo ar, pode observar a mudança que está acontecendo nas cidades. Com suas Vilas Rurais produtivas e suas bonitas e novas casas, as cidades estão ganhando uma aparência diferente.

Além de executar esta política habitacional revolucionária, a COHAPAR está concluindo a execução do antigo programa de habitação do governo passado, o famigerado Casa da Família.

Quando iniciou a atual gestão, 80 conjuntos habitacionais desse programa não estavam sequer começados. Outros 180 estavam com obras paralisadas ou muito lentas, por conta de erros de concepção do próprio programa, que não financia mão de obra, o que acaba tornando o trabalho das obras muito lento.

Mesmo assim, o atual Governo honrou os compromissos assumidos e está concluindo todas as obras. Várias delas por terem chegado num ponto de impasse total foram convertidas, a pedido dos próprios Prefeitos, para o Programa Casa Feliz para poderem ser terminadas.

Cabe ainda registrar uma síntese da produção da COHAPAR:

#### Vilas Rurais

65 Vilas concluídas, 73 em obras com conclusão prevista até março de 98, mais de 48 com projeto pronto para início imediato das obras, 89 com áreas em análise para compra e mais 126 com intenção de compra formalizada.

O total de Vilas Rurais é de 401, que beneficiarão 20 mil famílias e 100 mil pessoas.

O total de investimento no programa será de R\$ 240 milhões, incluindo-se terra, infraestrutura, construção das casas, preparo do solo, plantio, etc.

#### Casa Feliz

O Programa Casa Feliz concluiu até agora 7.504 moradias, está construindo mais 4.204 e tem outras 6.045 em projeto. O total de moradias deste programa garantido até agora é de 17.753 unidades.

Dentro do Programa Casa Feliz está a modalidade de Lotes Isolados que trata-se do financiamento de moradias para quem já tem um terreno, mas nunca teve acesso ao financiamento privado para construir a sua casa. Destinado a famílias com renda de até 6 salários mínimos, esta modalidade vem sendo executada também pelo sistema de autogestão.

A COHAPAR também está executando o Programa de Desfavelamento, que é mais uma das modalidades do Programa Casa Feliz.

Existem obras em 46 municípios, sendo que em 26 as favelas estão sendo totalmente erradicadas. No total, 2.301 famílias serão beneficiadas por estas obras que ficarão prontas até o final do ano.

Na região de Campo Mourão são várias obras de desfavelamento que vão inclusive solucionar problemas de crescimento da cidade, já que as favelas estão interrompendo a continuidade da malha urbana.

#### Casa da Família

De 20 mil casas deixadas para o atual governo construir, 15.155 foram concluídas e entregues, restando 1.525 que estão em obras, a diferença de 3.320 casas são as uni-

dades convertidas para o Programa Casa Feliz para poderem ser concluídas.

Somando-se a programas de regularização fundiária e apartamentos, a COHAPAR chegou até agora à produção de 25.460 unidades concluídas, 8.863 em obras e 6.156 em projeto, num total de 40.479 unidades. O total de pessoas beneficiadas é de 202.395.

Se forem incluídas aqui as pessoas a serem beneficiadas nos empreendimentos com intenção de compra de terras do Programa das Vilas Rurais, o número sobe para 276 mil.

Estes dados fazem da atual gestão da COHAPAR a mais produtiva da história da empresa.

A COHAPAR na atual gestão vai chegar a 50% de toda a produção de sua história de 32 anos, em que construiu 100 mil casas.

Por estas e outras inúmeras razões é absolutamente justo que esta Casa reconheça todo o trabalho daquela equipe que não tem medido esforços no sentido do cumprimento de suas obrigações, qual seja o de bem atender a causa pública.

#### REQUERIMENTO Nº 2442

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Eleni Maria Batista, residente à Rua Nova Era nº 04 - Bairro Jardim Ipê, a qual, em nome de todos os moradores, solicita a passagem do caminhão de lixo nessa rua, tendo em vista há muito lixo acumulado em vários locais e está sendo espalhado pelos cães. Muitos transtornos são causados para os moradores, motivo pelo qual a Senhora Eleni faz tal pedido.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2443

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Bairro Monte Santo, localizado no Município de Almirante Tamandaré.

O pedido está sendo feito pelos moradores da Rua São João, tendo em vista que muitos arrombamentos vêm ocorrendo e infelizmente os policiais afirmam que nada podem fazer devido a existência de somente uma viatura no posto policial, não dando conta das inúmeras ocorrências em que são solicitados. A população encontra-se apavorada, motivo de tal solicitação de policiamento ostensivo.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2444

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Maria Lúcia Correia, residente à Rua São João nº 1647 - Bairro Monte Santo, a qual, em nome de todos os moradores, solicita iluminação pública nessa rua. Há postes no local, porém faltam as lâmpadas. Pede ainda a passagem do caminhão de lixo, uma vez que os moradores da Rua São João não dispõem do benefício.

Com o atendimento do presente toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2446

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de calcário para os agricultores do Município de Inácio Martins.

O objetivo, é fornecer ao agricultor, principalmente o pequeno produtor, condições de aumentar a produção agrícola, incentivar sua permanência no campo, evitando assim o êxodo rural devido a má qualidade da safra agrícola ou da baixa produtividade.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 2450

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hitoshi Nakamura, Mui Digno Secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando a inclusão do Município de Iporã, no Projeto "Paraná Ambiental".

A presente proposta tem o objetivo de reiterar solicitação já formulada a essa Pasta, através da Indicação nº 166/97 do Legislativo Municipal de Iporã, através do Vereador Cassio Murilo Trovo Hidalgo.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Digníssima Prefeita Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); ao Vereador Dorival Passarella, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal; ao Vereador Cassio Murilo Trovo Hidalgo (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP: 87560-000.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 2451

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a criação de um Corpo de Bombeiros no Município de Iporã.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Digníssima Prefeita Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); ao Vereador Dorival Passarella, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal; ao Vereador Cassio Murilo Trovo Hidalgo (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP: 87560-000.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Tal proposta objetiva reiterar solicitação formulada através do Legislativo Municipal de Iporã, Indicação nº 152/97 de autoria do Vereador Cassio Murilo Trovo Hidalgo, onde ressalta a necessidade da criação de um Corpo de Bombeiros naquela cidade, visto o número de incêndios que constantemente ocorre nas casas e prédios comerciais.

Quando os incidentes ocorrem é necessário recorrer ao Corpo de Bombeiros de Umuarama, que fica a 60 quilômetros de distância de Iporã, e este fato trazendo sérios prejuízos às vítimas.

#### REQUERIMENTO Nº 2452

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o dou-

to Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Herwig, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada de ligação entre Iporã e a comunidade do Iverã, passando pela comunidade da Flórida Aparecida.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Digníssima Prefeita Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); ao Vereador Dorival Passarella, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal; ao Vereador Cassio Murilo Trovo Hidalgo (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP: 87560-000.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão é uma antiga aspiração daquela população, e foi subscrita pelo Vereador Cassio Murilo Trovo Hidalgo, do Legislativo Municipal de Iporã, quando justifica a pavimentação em questão.

Tal proposta pretende a pavimentação asfáltica através do Programa "Caminhos da Educação", pois os moradores da comunidade Flórida Aparecida em quase sua totalidade constituem-se de famílias que trabalham na agricultura e é séria a dificuldade que enfrentam para encaminhar suas crianças às escolas devido a distância e principalmente, as condições da estrada de ligação entre Iporã e a comunidade do Iverã, dificuldade também enfrentada nas épocas de escoamento da safra agrícola.

#### REQUERIMENTO Nº 2453

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Mui Digno Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um Posto de Serviço Telefônico (PS) na localidade de Flórida Aparecida, no Município de Iporã.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Digníssima Prefeita Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); ao Vereador Dorival Passarella, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal; ao Vereador Cassio Murilo Trovo Hidalgo (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP: 87560-000.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão é uma antiga aspiração daquela população, e foi subscrita pelo Vereador Cassio Murilo Trovo Hidalgo, do Legislativo Municipal de Iporã, quando justifica a necessidade de um Posto de Serviço Telefônico na referida localidade.

A localidade de Flórida, conta com uma população expressiva, com muitos pequenos produtores rurais, que vem sendo sensivelmente prejudicada com a ausência de um serviço de telecomunicações condizente com a demanda.

Uma região cuja atividade de maior sustentação econômica é a agricultura, necessita ante ao desenvolvimento verificado, da implantação de toda uma infraestrutura que permita melhorar ainda mais as condições de bem-estar de sua comunidade.

Pela importância do pleito e uma vez que vem de encontro à real necessidade de dotar o Município de instrumentos adequados ao seu porte, solicitamos a colaboração desta empresa para um parecer favorável.

#### REQUERIMENTO Nº 2454

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Herwig, Mui Digno Secretário de Estado

dos Transportes, solicitando a construção de um trevo na Avenida João XXIII, no entroncamento com a BR-323, no Município de Iporã.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Digníssima Prefeita Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); ao Vereador Dorival Passarella, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal; aos Vereadores Cassio Murilo Trovo Hidalgo, João Francisco Sibim, Joaquim Alves Filho, Jorge João Simoni, Aristides Antonio de Campos, José Sorilha Baladei, José Ademir Dario e Servio Valentin Vacári (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP: 87560-000.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta tem o objetivo de reiterar solicitação já formulada a essa Pasta, através da indicação nº 171/97 do Legislativo Municipal de Iporã.

A Avenida João XXIII é considerada a melhor via de acesso ao centro da cidade para quem trafega na BR-323; esta via não tem pavimentação asfáltica em apenas um pequeno trecho entre 100 a 200 metros até alcançar a BR-323 e a inexistência de um trevo neste local apresenta perigo e dificuldade aos motoristas para adentrarem na cidade, haja visto a alta velocidade dos carros na BR-323.

Desta forma, é fundamental a colaboração desta Secretaria, no sentido de viabilizar a construção do pretendido trevo, para tranquilizar e facilitar as ações dos motoristas.

#### REQUERIMENTO Nº 2463

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, Excelentíssimo Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando liberação de recursos para viabilizar a participação da Federação Paranaense de Voleibol no Campeonato Brasileiro da categoria, a ser realizado de 28 de outubro a 02 de novembro do corrente, em São Luiz do Maranhão, Estado do Maranhão.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação ocorre em função da eminência da não participação histórica desta Seleção Estadual no referido campeonato, ocasionando o desperdício do trabalho realizado até o momento, podendo ainda oferecer sanções tais como rebaixamento de divisão e suspensão por um ano, na categoria.

#### REQUERIMENTO Nº 2447

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Ilêsa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Cesar Roberto Franco, Diretor-Geral do DETRAN - Departamento de Trânsito do Paraná, solicitando informações sobre:

a) Por que a cobrança da Contribuição Sindical, no caso de caminhões, veio destacada na Guia de Recolhimento de Licenciamento Anual de Veículo?


b) Qual a fundamentação legal para esta cobrança ser feita através do IPVA?

Sendo que na verdade, o motorista autônomo nunca se associou a nenhum tipo de Sindicato ou Associação, então, como pagar uma contribuição se não há demonstração de vínculo? Só o fato de se ter um caminhão não é o bastante.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) TOTI COLAÇO

SEQ: 061172

 <b>ESTADO DO PARANÁ</b> <b>DETRAN</b> <b>GRLAV</b> <b>GUIA DE RECOLHIMENTO</b> <b>DE LICENCIAMENTO</b> <b>ANUAL DE VEÍCULO</b>	PLACA	RENAVAM	EXERCÍCIO	VERSÃO
	ACC-9548	524260656	1997	003
	NOME/ENDEREÇO			
	AUDIO ONESKO			
	AV LADISLAU GRYECHINSKI			996
	CASA CENTRO			
	84500 - 000			IRATI/PR

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS	VALOR (UFIR)	AUTOS DE INFRAÇÃO
IPVA/1997 COTA UNICA	375,8200	
1.COTA	131,8700	
2.COTA	131,8700	
3.COTA	131,8700	
LICENCIAMENTO/1997	14,7800	
SEGURO OBRIGATORIO	46,0700	
CONTR. SINDICAL	38,0000	
		3.6/1/1997

\*\*\*\*\* DISQUE IPVA \*\*\*\*\*  
05A.DRR FONE (042) 723-2024  
R. 244

VALOR REFERENCIA EM UFIR		
VENCIMENTO	VALOR A PAGAR (COTA UNICA)	VALOR A PAGAR (1ª COTA)
17/10/1997	474,6700	230,7200
NÃO RECEBER APOS O VENCIMENTO		
IPVA	VENCIMENTO (2ª COTA)	VALOR A PAGAR (2ª COTA)
	17/11/1997	131,8700
	VENCIMENTO (3ª COTA)	VALOR A PAGAR (3ª COTA)
	17/12/1997	131,8700
PAGÁVEL SOMENTE NAS AGÊNCIAS BANEASTADO		
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA (3ª COTA OU COTA UNICA)		
0320002 03R171097 GRLAV004400*****432,32		

## SR PROPRIETÁRIO

Esta guia poderá ser utilizada somente até o vencimento. Após, obter extrato consolidado de débitos em qualquer "Terminal de Extrato e Operações" das agências BANEASTADO. Somente o valor do IPVA do exercício atual é passível de parcelamento, até o vencimento da cota única.

Em caso de dúvidas com relação a débitos do IPVA, procurar a Agência de Rendas Estadual da sua jurisdição ou ligar para DISQUE IPVA.

Dúvidas sobre os demais valores discriminados procurar a CIRETRAN do seu Município.

VIA USUÁRIO

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA (3ª COTA)

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA (3ª COTA)

## REQUERIMENTO Nº 2465

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes do seguinte pedido de informações:

1 - Cópia do Edital e documentação técnica e financeira correspondente à licitação para a concessão das rodovias integrantes do Anel de Integração Rodoviária do Estado do Paraná.

2 - Listagem das empresas e/ou consórcios vencedores da licitação de cada lote, os serviços oferecidos, os descontos oferecidos sobre o preço base e o cronograma de execução das obras de cada trecho previstos no edital.

Sala das Sessões, em 21.10.97

(a) PÉRICLES NELLO

## JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar necessita das informações solicitadas para subsidiar estudos sobre o assunto.

## REQUERIMENTO Nº 2466

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes do seguinte pe-

dido de informações:

- Cópia das provas dos Concursos Públicos para professores de 1º e 2º graus do Estado do Paraná, na disciplina de Educação Física, no período de 1990 a 1996.

Sala das Sessões, em 21.10.97

(a) PÉRICLES NELLO

## JUSTIFICATIVA:

O Prof. Emerson José Barbosa, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, está realizando trabalho de dissertação de Mestrado, na área de Educação com respeito as Políticas Educacionais dos governos do Estado do Paraná, no período de 1983 a 1997.

Para tanto ele necessita das provas dos Concursos Públicos acima especificados para analisar o encontro teórico apresentado pelos concursos públicos e o perfil do profissional que se dará na prática de ensino.

O trabalho de dissertação de Mestrado do Prof. Emerson José Barbosa com certeza contribuirá para que se pense uma educação mais humana, contextualizada e um repensar pedagógico urgente.

## REQUERIMENTO Nº 2449

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário,



rio, REQUER, que seja transcrito para os Anais desta Casa de Leis o discurso (em anexo) feito pelos Senhores Francisco Simeão Rodrigues Neto e Luiz Bonacin Filho em 20 de outubro de 1997.

Sala das Sessões, em 21.10.97

(a) NEIVO BERALDIN.

# REQUERIMENTO Nº 2458

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná do artigo "Luzes da Cidade", publicado no Jornal do Estado de 21.10.97.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) DR. ROSINHA

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 568/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - É concedido título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao médico pediatra e político Alceni Angelo Guerra, por haver realizado grandes feitos em prol da causa pública, do Estado do Paraná, bem como de toda nação brasileira quando desempenhou, com competência, diversos cargos públicos, tais como Ministro do Estado da Saúde e Ministro da Criança.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.97

(a) CARLOS SIMÕES.

## JUSTIFICATIVA:

A proposição em conceder título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao médico e político militante Alceni Angelo Guerra, gaúcho de Soledade-RS, e paranaense de coração, entendemos ser uma justa e merecida homenagem a esse eminente homem, que ocupou inúmeros cargos públicos, quer estadual como federal e, sempre o fez com alto espírito, cujas realizações principalmente na área da saúde, do amparo à criança, à maternidade e previdência social deixaram marcas indeléveis em todo país.

O Dr. Alceni Angelo Guerra, que atualmente ocupa o cargo de Prefeito Municipal de Pato Branco, transferiu residência com seus pais e irmãos para a mencionada cidade da região sudoeste de nosso estado, nos idos anos de 1955, cuja família adotou o Paraná como sua terra, onde fincou raízes e destacou-se tanto na vida pública como na iniciativa privada.

Formado em medicina pela Universidade Federal do Paraná, com pós-graduação em Pediatria, o Dr. Alceni Angelo Guerra, passou a exercer sua profissão em 1973, na cidade de Pato Branco.

Por haver se destacado profissionalmente, foi eleito Presidente da Associação Médica do Paraná - Região Sudoeste (1976-1979) e nomeado Superintendente Regional do INAMPS, no Estado do Paraná e Superintendente do Instituto de Assistência Médica da Previdência Social do Paraná no período de (1979-1982).

Em 1982, foi eleito Deputado Federal e reeleito em 1986, sendo nesta última legislatura Deputado Constituinte, tendo atuação destacada na elaboração da atual Constituição.

Em 1990, foi nomeado Ministro de Estado da Saúde e em 1991, também ocupou simultaneamente o Ministério da Criança.

Além dos cargos retro enumerados, o Dr. Alceni Angelo Guerra, exerceu vários outros, sempre com destacada competência e realizações ligadas à área da saúde e assistência social, de proteção à criança, à maternidade, aos idosos, em defesa das populações indígenas, dos negros, de pessoas portadoras de deficiências, o que marcou o perfil do médico, do político, do administrador e cidadão cónscio de suas responsabilidades e do dever cumprido sob todos os aspectos.

Pelo exposto, constata-se que a nossa proposição encontra respaldo e amparo, nas realizações deste ilustre

homem público, que muito fez pelo nosso Estado e nação e que certamente, por se tratar de uma pessoa jovem e dinâmica, sua obra em prol da causa pública, já notória, se coroará com muitas outras realizações.

### PROJETO DE LEI Nº 569/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica outorgado ao Senhor Adriano José Valente o Título de "Cidadão Honorário do Paraná".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 21.10.97

(a) MARQUINHOS ALVES.

## JUSTIFICATIVA:

Adriano José Valente, nasceu em São Paulo, sendo filho de Alexandre José Valente e de Emília da Conceição Fragata Valente. Radicou-se no Paraná desde 1952, há 45 anos.

Casou-se com Purificação (Puri) de Jesus Valente, com quem teve os filhos Sandra, Emília, Alex, Heloisa e Rosa.

Advogado, granjeou o respeito dos meios forenses do Paraná. Realizou cursos especializados de Direito Tributário, Criminal e Processo Civil (USP). No curso de pós-graduação de Doutorado, apresentou alguns trabalhos jurídicos, entre outros, "O Problema do Aborto no Direito Criminal", "A tutela no Direito Comparado", "Evolução Política e Administrativa do Município" e a "Equidade em Face do Direito".

Cursou a ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), no V Ciclo de Conferências sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento.

Foi redator da "Revista dos Tribunais"; colaborou em jornais e revistas; participou da fundação "Folha do Norte do Paraná"; proferiu conferências aos Oficiais do Núcleo de Comando da Zona de Defesa Sul (EMFA) na Universidade Federal do Paraná e na Universidade de Maringá, focalizando o planejamento e desenvolvimento urbano; na Escola Superior de Guerra, sobre "O Norte do Paraná"; nas Classes Produtoras, sobre "Reivindicações da Cafeicultura".

No âmbito comunitário, exerceu a presidência de várias instituições, entre elas Rotary Clube de Maringá, Cultura Artística, Aero Clube, Comissão de Alfabetização, etc.

Sindicalista, ajudou a fundar inúmeros sindicatos rurais, sendo na época procurador da Frente Agrária Paranaense.

Eleito prefeito Municipal de Maringá em memorável campanha política, implantou, à frente do Executivo Municipal, no quadriênio 1969/1972, uma nova estrutura administrativa, através de bem equipadas e modernas Secretarias Municipais: Saúde e Bem Estar Social, Obras e Viação, Educação e Cultura, Fazenda, Procuradoria Jurídica, Expansão Econômica.

Criou o Escritório Técnico de Planejamento (ETEPLAN); Administrações Distritais; a Cooperativa Habitacional (COHAMAR) e o chamado Distrito Industrial, que foi transferido para as saídas de Campo Mourão e Iguatemi.

Adquiriu uma "Colônia de Férias" para os funcionários e servidores municipais, em Caiobá.

Quando Prefeito, atuou ativamente na fundação e implantação da Universidade de Maringá (UEM), desapropriando uma grande área (206,39 hectares) na região mais adequada da cidade (Av. Colombo), contratando o arquiteto Jaime Lerner para projetar a "Cidade Universitária", iniciando as primeiras obras no "Campus". Por isso foi distinguido no Primeiro Encontro de Reitores do Paraná com a especial referência de "Prefeito de Educação de Nível Superior".

No setor educacional, criou o primeiro Ginásio Rural, a UPAPE (Unidade Polo de Ação da Pré-Escola); introduziu nas escolas primárias o uso de TVs.

Criou o "Pró-Memória", "Museu da Imagem e do Som"; fez a classificação de 2.144.000 documentos históricos de Maringá.



Muitas outras obras foram empreendidas durante sua gestão. Entre as principais vale notar:

- Criação do "Parque do Ingá", um dos maiores parques públicos do Paraná, com 484.000m<sup>2</sup>, lago e caminhos, ostentando, na estrada, a 1ª locomotiva que chegou a Maringá.
- Ajardinou e urbanizou oito praças de Maringá.
- Criação do "Parque Internacional de Exposição e Feira Agropecuária e Industrial de Maringá, com 350.000m<sup>2</sup> e 13.754m<sup>2</sup> de pavilhões, Anfiteatro para 16.000 pessoas, sendo dos maiores e melhores do País, recordista de comercialização de bovinos.
- Edificação do Mercado Municipal e instalação do Centro de Abastecimento de Maringá (CEAMAR), com 7.849m<sup>2</sup> de área útil, posteriormente, cedido à COBAL.
- Construção do prédio destinado à Faculdade de Ciências Exatas (Engenharia) de UEM- Paço Municipal - construção da etapa inicial, compreendendo o Gabinete do Prefeito e um espaço de 4.400m<sup>2</sup> para o qual foi transferido e instalada a nova administração municipal, que antes funcionava num pequeno edifício de madeira.
- Aquisição do Hospital São Vicente (1.000m<sup>2</sup>) onde se instalou a Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social do Município.
- Saneamento Básico de Maringá: foram concluídas as Estações de Captação e Tratamento, sendo implantada uma adutora urbana (5 Km), caixa de distribuição e uma rede de tubos de ferro para fornecimento de água tratada (250.000m), com milhares de ligações domiciliares, deixando ao seu sucessor um projeto completo para a Rede de Esgotos Sanitários.
- Combateu de modo sistemático a erosão urbana de Maringá com uma grande rede de galerias pluviais (20.665m).
- Realizou pavimentação asfáltica de 375.130m<sup>2</sup> de vias públicas, com a retirada paralelepípedos e "pé-de-moleque" (pedra lascada) do centro original da cidade.
- Estabeleceu Relações Fraternas Internacionais, irmanando as cidades Maringá/Bréscia (Itália) e Maringá/Kagawa (Japão), com finalidades culturais e econômicas.
- Entre as promoções culturais e esportivas, realizou: Festivais de Música Sertaneja, Congresso Brasileiro de Trovadores, Congresso Internacional de Camonologia (Lusíadas), Comemoração do Jubileu de Prata de Maringá, Jogos Abertos, Exposições de Arte, ajuda e estímulos ao Grêmio Esportivo Maringá.
- Sob o binômio "Desenvolvimento e Humanização", a par de outras obras, propiciou à população ampla assistência social, instituindo o Serviço de Obras Sociais (S.O.S.), sob a direção de Puri Valente, sua esposa.
- Municipalista atuante, foi eleito Conselheiro da Associação dos Municípios do Paraná e Primeiro Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião de Maringá (26 municípios).
- Concluiu e ampliou o Centro de Ensino Profissional, que destinou ao SENAI; promoveu convênios com o SESC, SENAC e SESI, destinando-lhes terrenos para se instalarem em Maringá.
- Promoveu a fundação e instalação do Tiro de Guerra de Maringá, reservando amplo terreno para esta escola de civismo e instrução militar.
- Em Convênio, promoveu a construção da Estação do Aeroporto de Maringá, que antes funcionava num pequeno galpão de madeira; a construção dos Quartéis do 4º Batalhão da Polícia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros (parte), Criação da Rádio Patrulha, que valeu, recentemente, a "Medalha Comandante Sarmiento", a mais alta comenda dessa gloriosa corporação.
- Na presidência da Comissão Pró-Construção da monumental Catedral de Maringá, contribuiu para o término da estrutura dessa obra, a partir de capelas. Em 31.12.1972, durante o Jubileu de Prata de Maringá, celebrou-se a Primeira Missa (A Missa da Esperança) nesse grande templo com 124 metros de altura.
- Mercê desse trabalho público, realizado com competência e proibidade, recebeu as seguintes distinções:
  - Título de "Cidadão Benemérito", outorgado pela Câmara Municipal de Maringá, após sua gestão.

• Título de "Cidadão Benemérito", que lhe outorgou ao final de seu mandato de Prefeito a Loja Maçônica "Justiça", com aprovação do Grande Oriente do Paraná e sob os auspícios do Grande Oriente do Brasil, sendo raro título atribuído aos não-filiados a essa benemérita e importante corporação.

• Conta ainda com diplomas da Associação Médica de Maringá (Combate ao Câncer); do Ministério da Educação e Cultura (Alfabetização de Adultos); da SBACEM (Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Músicas), todos por relevantes serviços prestados.

• Foi eleito Deputado Federal para a Legislatura de 1974/78, e reeleito para a de 1979/82, sendo designado como Coordenador da Bancada Federal do seu partido; disputou a Presidência da Câmara dos Deputados, sendo o segundo mais votado entre cinco candidatos.

• Pertenceu as seguintes Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados: Finanças, Saúde, Desenvolvimento da Região Sul, Membro do Parlamento Latino Americano e da Comissão Mista do Orçamento. Pronunciou vários discursos tratando de matéria econômica e social, fazendo parte de projetos.

• Foi Relator Parcial do Código de Processo Penal.

• Integrou a Terceira Missão Econômica do Paraná, que visitou o Japão em 1976. Visitou outros países com a mesma finalidade. Em 1977, integrante da Comissão Especial da Família, esteve na Alemanha Ocidental cumprindo o objetivo de apresentar soluções para o fortalecimento da família brasileira.

• Em defesa do meio ambiente, pronunciou importantes discursos sobre "O Uso Racional da Terra" e ainda "A Livre Empresa na Reforma Agrária e Urbana".

• Atualmente é Diretor-Presidente da Urbanização de Maringá S/A (URBALIARI), que constrói o Novo Centro de Maringá.

#### PROJETO DE LEI Nº 570/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Rocio I, com sede e foro na Cidade de Palmeira, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

[a] CÉSAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Rocio I, entidade fundada em 17 de novembro de 1.984, sem fins lucrativos, dedica-se exclusivamente a filantropia e assistencialismo direcionado ao bem estar das famílias e principalmente crianças daquela cidade, mais precisamente do bairro do Rocio I, onde tem a sua sede e onde atende crianças carentes, inclusive encaminhando-as a formação profissional, visto ter instalado uma panificação para atender as necessidades desta associação e vender também a outros consumidores, por tratar-se de produto de boa qualidade.

Esta associação hoje presidida pelo vereador: - Mário Antonio Wiczorek brilhantemente vem em companhia dos demais membros da Diretoria desenvolvendo um excelente trabalho em prol das famílias necessitadas e carentes daquele município.

Visto ao acima exposto, achamos ser esta entidade merecedora da Utilidade Pública Estadual.

#### PROJETO DE LEI Nº 571/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído nas disciplinas curriculares, dos estabelecimentos de ensino fundamental, no Estado do Paraná, matéria que verse sobre "Técnicas Agrícolas".

Parágrafo Único - Esta disciplina terá como escopo principal oferecer aos filhos dos agricultores, informações sobre Técnicas Agrícolas para o aprimoramento no plantio e armazenamento; bem como colaborar com a fixação do homem no campo.

Art. 2º - A disciplina será colocada à disposição dos estabelecimentos de ensino, pela Secretaria de Estado da

Educação e será ministrada em escolas da rede pública que a requererem com prazo hábil para sua implantação.

Art. 3º - Esta lei será regulamentada pela Secretaria de Estado da Educação, em prazo hábil para que possa ser implantada no calendário do próximo período.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) TOTI COLAÇO

# JUSTIFICATIVA:

## DADOS GERAIS

Nos últimos 20 anos, a população brasileira aumentou cerca de 50% (cinquenta por cento), passando de 100 milhões de habitantes para 150 milhões.

Neste mesmo período a produção dos principais gêneros alimentícios destinados ao mercado interno cresceu bem menos. As culturas de arroz (20%); de feijão (15%); carne (21%). Neste mesmo período a produção de mandioca teve um decréscimo de menos 23%; batata doce menos 65% e o amendoim 63%.

As culturas destinadas às exportações (usando técnicas adequadas) próprias dos latifúndios, tiveram os seguintes crescimentos: Cacau 119%; Café (153%); Laranja

(359%); Soja (1.112%) e cana-de-açúcar para produção de álcool (210%).

## USO DO SOLO

Dez por cento do nosso território, são do tipo fertilidade total; 55% são de áreas cultiváveis com métodos simples de fertilização, correção ou irrigação. Trinta e três por cento são terras próprias para pastagens e apenas 2% representam solos inaproveitáveis.

É inaceitável que por enquanto utilizamos apenas 9% do nosso solo, enquanto o resto do mundo é superior a 60%, chegando ao ápice no Japão que aproveita 98%.

## PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA

Cerca de 35 milhões de brasileiros moram no campo. A produção brasileira está no patamar de 70 milhões de toneladas/ano, contra mais de 75 toneladas/ano por cada trabalhador americano. Cada trabalhador rural americano alimenta cerca de 40 pessoas; na Rússia cada trabalhador rural alimenta 25; Na China 15; enquanto que no Brasil cada trabalhador rural alimenta apenas 4 pessoas, o que corresponde a 2 toneladas por habitante rural.

## PRODUÇÃO AGRÍCOLA NACIONAL:

SAFRA	PRODUÇÃO (POR 1000 TON)	ÁREA (1000 ha)
= ARROZ (86).....	9.776 .....	6.243
(96).....	11.824 .....	5.962
= FEIJÃO (86).....	1.928 .....	4.643
(96).....	2.991 .....	5.917
= MILHO (86).....	20.372 .....	11.405
(96).....	24.839 .....	13.152
= SOJA (86).....	15.156 .....	8.674
(96).....	18.111 .....	10.560

## PRODUTIVIDADE Kg/ha:

### BRASIL

#### ARROZ

1565 a 1983 Kg/ha - A maior produtividade é a do Japão com 6.320 Kg/ha. A média mundial é de 3.220 Kg/ha.

#### FEIJÃO

423 a 505 Kg/ha - A maior produtividade é a do México com 1.830 Kg/ha. A média mundial é de 980 Kg/ha.

#### MILHO

1779 a 1889 Kg/ha - A maior produtividade é a do Canadá com 7.490 Kg/ha. A média mundial é de 2.710 Kg/ha.

#### SOJA

1727 a 1715 Kg/ha - A maior produtividade é a do Canadá com 2.750 Kg/ha. A média mundial é de 1.910 Kg/ha.

## PRINCIPAIS PROBLEMAS DO SETOR AGRÍCOLA

- Os preços mínimos fixados pelo Governo são insuficientes para o custo de produção (MEC - Valor 7500 de Custos), com isso a agricultura fica permanentemente descapitalizada. Como exemplo, o Sistema Financeiro da Agricultura dos E.U.A., é baseada na emissão e venda de títulos agrícolas nas Bolsas de Mercadorias. Estes recursos financiam a produção e a comercialização agrícola. No Brasil os recursos são do Banco do Brasil.

- Falta de armazenamento. Para cada 100 Kg produzidos, temos disponibilidade para guardar 3Kg. A Argentina armazena 63Kg e os E.U.A. 98Kg; e mais, 60% da capacidade de armazenamento da agricultura brasileira representa-se sob a forma de sacarias e a maioria delas

balha com grãos em silos.

- Falta de política agrícola permanente. Cada governo implanta sua política agrícola. Exemplo: No setor do café tivemos governos que queimaram 20 milhões de sacas para reduzir os estoques e nos governos seguintes o IBC pagou novamente para erradicar o café.

- Falta de planejamento. O uso indiscriminado de pesticidas venenosos causa grandes danos, tanto para os produtores quanto para a natureza devido a falta de orientação.

## CONCLUSÕES SOBRE O SETOR AGRÍCOLA

1) O setor agrícola é de fundamental importância no desenvolvimento econômico do país. É responsável por 32% da geração de renda nacional. Fornece matéria-prima e insumos básicos para a agro-indústria.

2) O Estado do Paraná é o responsável por 29% da produção agrícola, sendo das exportações de grãos, tendo o maior produtor nacional de milho, trigo, amendoim, soja, feijão, batata, cana, sorgo e algodão.

3) O sistema de preços e o modelo de comercialização são os principais entraves ao crescimento da agricultura. O nível de produção atual deveria ser de 120 milhões de toneladas contra os 70 milhões atuais.

4) A produção brasileira tem crescido 2% ao ano e a agricultura manter de 1%. Temos clima, terra e gente, o tratamento na agricultura estamos na fase pré-capitalista.

5) A agricultura é uma atividade que pode resolver os seguintes problemas: êxodo rural; deterioração das condições; subnutrição da população; diminuição da produtividade; conflitos fundiários; inflação e balança de pagamentos.

A implementação de uma Lei que trata da inclusão de Técnicas Agrícolas no ensino regular, principalmente no

Curitiba, terça, em 21.10.97

interior do nosso Estado, vem de encontro com a educação de nossos futuros agricultores. São as nossas crianças que tem como realidade o campo, tendo acesso a técnicas modernas de cultivo, formas de pesticidas alternativas, dentre outras. Da mesma forma, terão como contribuir no futuro para aumentar a produtividade, aprender a conviver com a natureza sem devastá-la e com isto manter o agricultor na sua terra.

Ao finalizar, rendemos nossas homenagens e agradecimentos ao Professor Carlos Alberto dos Reis Guimarães, das cadeiras de Desenvolvimento Econômico e Economia Brasileira, da Faculdade de Estudos Sociais do Paraná, pelas pesquisas e levantamentos dos dados utilizados neste Projeto de Lei.

**FONTES:** IBGE/96; ALMANAQUE/ABRIL/97; SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ/96.

#### PROJETO DE LEI Nº 572/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica criado, no Município de Terra Rica, a CIRETRAN, Circunscrição Regional de Trânsito.

§ 1º - O órgão de que trata o caput deste artigo, substituirá o atual Posto de Serviço do DETRAN, instalado no município.

§ 2º - A CIRETRAN de Terra Rica terá abrangência aos Municípios de Terra Rica e Guairacá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A instalação da CIRETRAN no Município de Terra Rica, trará enormes benefícios aos seus munícipes e aos moradores da região, incluindo os do Município de Guairacá.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 573/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho de Moradores do Jardim Rio Verde, com sede e foro no Município de Colombo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

O Conselho de Moradores do Jardim Rio Verde, tem por finalidade representar e defender seus associados perante os poderes legalmente constituídos.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 574/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação de Saúde de Céu Azul - FUSCA, com sede e foro na Cidade de Céu Azul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Com Estatutos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil da Comarca de Matelândia, sob nº 321 em data de 24 de outubro de 1995, a Fundação de Saúde de Céu Azul - FUSCA, com CGC/MF de nº 00.942.020/0001-81, tem realizado atividades e prestando serviços da maior importância à população do Município, pelo que, apresentamos o presente Projeto de Lei, solicitando apoio para a aprovação da condição de Utilidade Pública Estadual.

#### PROJETO DE LEI Nº 575/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Central de Movimentos Populares, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Registro, com satisfação, a pedido do Deputado Nelson Garcia, a presença, neste Plenário, dos Vereadores de Umuarama, Penido e Ismar.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse parlamentar entrou hoje com um Requerimento nesta Casa ao Sr. Presidente.

"REQUERIMENTO"

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja consignada Moção Honrosa, à Secretaria Especial da Política Habitacional e COHAPAR, na pessoa de seu Secretário e presidente Rafael Bernardo Dely, e demais funcionários pelo brilhante trabalho desenvolvido nos trinta meses de Governo Jaime Lerner.

Sala das Sessões, em 21.10.97.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

E absolutamente justo o reconhecimento que ora pleiteamos nesta Casa, pois é notório em todos os Municípios paranaenses o trabalho de vanguarda desenvolvido pela Secretaria Especial da Política Habitacional através da COHAPAR, dando mostras efetivas, com programas que visam a valorização do ser humano na área habitacional.

Como prova do alto cabedal de conhecimento do Secretário Rafael Dely, merece registro matéria do Jornalista Valério Fabris da Gazeta Mercantil, intitulada "O Sentido Humano da Habitação Popular" que entre outras oportunas considerações, destaca-se: "Como o assunto aqui é habitação, falta dizer que Rafael Dely é também o mentor e executor do programa de autoconstrução. Melhor: do programa de autogestão. Quem desenha (se quiser com a ajuda de um arquiteto) e constrói a casa é a família que nela vai morar. Que não se confunda com mutirão. Os mutirões muitas vezes são mentirões, demagogia barata.

Na autoconstrução, ele mesmo - o mutuário - que não é o mortuário dos conjuntos massificados - compra os materiais e, freqüentemente, compra mais e melhores materiais do que faria um tecnoburocrata. No ato de colocar tijolo sobre tijolo, há uma interação emocional, a comunhão da família. A casa pode nascer como um simples embrião. Depois, com o tempo, vai tomando novas formas. Pode surgir uma edícula, uma varanda, um terraço.

Nos terrenos dos programas de autoconstrução - ou autogestão - florescem bairros, moldados na particularidade de cada um dos seus habitantes. Os novos moradores não carregam na testa o estigma de habitantes do BNH, do INOCOOP, do IBC, do Conjunto presidente Médici.

São, como nós outros, almas identificadas com a fachada do lar, fazedores do viver, plenas de realizações, esperanças e fantasias", observou o jornalista. Nota-se ainda que a mesma filosofia e os mesmos conceitos de habitação, que foram aplicados em Curitiba estão sendo utilizados agora durante a gestão de Rafael Dely na COHAPAR.

Esses valores se resumem em tratar a moradia popular com mais dignidade, procurando vinculá-la ao trabalho. Assim é com o programa das Vilas Rurais e também com o programa Casa Feliz, suas Ruas do Ofício, Lotes Isolados, Morada do Mestre, Casa da Guarda e outras modalidades.

O Governo do Paraná também não constrói mais aquelas casas populares padronizadas, todas massificadas,

que consideram gente como gado - tudo igual.

Agora as casas populares são verdadeiras moradias, com toda a dignidade. Cada moradia é diferente da outra, o morador tem o direito de definir a sua casa do jeito que preferir.

Agora, o financiamento vai direto para o morador, que compra o material que quiser e onde quiser. Também pode contratar a mão de obra que precisar.

Tanto das Vilas Rurais como nas novas áreas residenciais, que não são mais conjuntos habitacionais, a satisfação dos moradores é muito grande. O sucesso desses dois programas de habitação no interior do Paraná é total.

Quem tem a oportunidade de viajar pelo Estado, por terra ou pelo ar, pode observar a mudança que está acontecendo nas cidades. Com suas Vilas Rurais produtivas e suas bonitas e novas casas, as cidades estão ganhando uma aparência diferente.

Sr. Presidente, peço à Liderança do PFL para usar o Horário da Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (LUIZ CLAUDIO ROMANELLI) -

Concedo o Horário da Liderança do PFL, para V.Exa. concluir seu pronunciamento, cedido pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. NELSON TURECK - ... além de executar esta política habitacional revolucionária, a COHAPAR está concluindo a execução do antigo programa de habitação do governo passado, o famigerado Casa da Família.

Quando iniciou a atual gestão, 80 conjuntos habitacionais desse programa não estavam sequer começados. Outros 180 estavam com obras paralisadas ou muito lentas, por conta de erros de concepção do próprio programa, que não financia mão-de-obra, o que acaba tornando o trabalho nas obras muito lento.

Mesmo assim, o atual Governo honrou os compromissos assumidos e está concluindo todas as obras. Várias delas por terem chegado num ponto de impasse total foram convertidas, a pedido dos próprios prefeitos, para o programa Casa Feliz para poderem ser terminadas.

Cabe ainda registrar uma síntese da produção da COHAPAR:

#### VILAS RURAIS

65 Vilas concluídas, 73 em obras com conclusão prevista até março de 98, mais de 48 com projeto pronto para início imediato das obras, 89 com áreas em análise para compra e mais 126 com intenção de compra formalizado.

O total de Vilas Rurais é de 401, que beneficiarão 20 mil famílias e 100 mil pessoas.

O total de investimento no programa será de R\$ 240 milhões, incluindo-se terra, infra-estrutura, construção das casas, preparo do solo, plantio etc.

#### CASA FELIZ

O programa Casa Feliz concluiu até agora 7.504 moradias, está construindo mais 4.204 e tem outras 6.045 em projeto. O total de moradias deste programa garantido até agora é de 17.753 unidades.

Dentro do programa Casa Feliz está a modalidade de Lotes Isolados que trata-se do financiamento de moradias para quem já tem um terreno, mas nunca teve acesso ao financiamento privado para construir a sua casa. Destinado a famílias com renda de até 6 salários mínimos, esta modalidade vem sendo executada também pelo sistema de autogestão.

A COHAPAR também está executando o Programa de Desfavelamento, que é mais uma das modalidades do programa Casa Feliz.

Existem obras em 46 municípios, sendo que em 26 as favelas estão sendo totalmente erradicadas. No total, 2301 famílias serão beneficiadas por estas obras que ficarão prontas até o final do ano.

Na região de Campo Mourão são várias obras de desfavelamento que vão inclusive solucionar problemas de crescimento da cidade, já que as favelas estão interrompendo a continuidade da malha urbana.

#### CASA DA FAMÍLIA

De 20 mil casas deixadas para o atual governo construir, 15.155 foram concluídas e entregues, restando

1.525 que estão em obras, a diferença de 3.320 casas são as unidades convertidas para o programa Casa Feliz para poderem ser concluídas.

Somando-se a programas de regularização fundiária e apartamentos, a COHAPAR chegou até agora à produção de 25.460 unidades concluídas, 8.863 em obras e 6.156 em projetos, num total de 40.479 unidades. O total de pessoas beneficiadas é de 202.395.

Se forem incluídas aqui as pessoas a serem beneficiadas nos empreendimentos com intenção de compra de terras do programa das Vilas Rurais, o número sobe para 276 mil.

Estes dados fazem da atual gestão da COHAPAR a mais produtiva da história da empresa.

A COHAPAR na atual gestão vai chegar a 50% de toda a produção de sua história de 32 anos, em que construiu 100 mil casas.

Por estas e outras inúmeras razões é absolutamente justo que esta casa reconheça todo o trabalho daquela equipe que não tem medido esforços no sentido do cumprimento de suas obrigações, qual seja o de bem atender a causa pública.

O Sr. Orlando Pessuti - Permite-me um aparte? (Assentimento)

Deputado Nelson Tureck é evidente que todos nós não podemos desconhecer o esforço que faz o Secretário da Habitação do Paraná Dr. Rafael Dely em busca de oferecer condições e dignidade através da moradia que precisam tantos e tantos paranaenses em nosso Estado. Mas é necessário também que, ao nos congratularmos com o Dr. Rafael Dely, que possamos estender essas congratulações aos nossos Deputados Federais, aos nossos Senadores José Eduardo, Roberto Requião e Osmar Dias, pelo apoio incansável que tiveram e que manifestaram junto aos organismos federais, junto ao Governo Federal do Presidente Fernando Henrique Cardoso, junto a Caixa Econômica Federal, já que as informações que temos é que, a maioria dos recursos, quase talvez a totalidade dos recursos empregados nesse programa de autoconstrução, nesse programa da "Casa Feliz", são oriundos de um programa da Caixa Econômica Federal Pró-Moradia.

Portanto, são recursos federais e, nesse momento em que nós também nos somamos a V.Exa na congratulação que faz ao Secretário Raphael Dely, gostaria em meu nome pessoal e em nome da Bancada do PMDB também estender as congratulações, pelo trabalho que desenvolveram os Deputados Federais o Senador Requião, Osmar Dias, e José Eduardo, na liberação dos recursos da Caixa Econômica Federal, recursos do Governo Fernando Henrique Cardoso, para que o Estado do Paraná pudesse ter recursos do Pró-Moradia e levar essas habitações a todos os Paranaenses, que tiveram oportunidade e acesso até o momento a estas casas.

O SR. NELSON TURECK - Agradeço as palavras do Deputado Orlando Pessuti, e dizer Deputado que nos orgulhamos quando vemos a felicidade daquelas pessoas que ganharam as suas Vilas Rurais, a alegria daquelas pessoas que ganharam aquelas casas, da Casa Feliz de autoconstrução, de autogestão de um programa inédito. Porque é só no Paraná que aconteceu esta grande transformação de vermos ali essas casas, que o trabalhador está feliz e contente. Quando o trabalhador está feliz e contente, automaticamente o Governo do Paraná está, o nosso Secretário da Habitação Raphael Dely está e os Deputados que representam a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por um programa tão importante, por um programa de respeito ao nosso trabalhador, ao nosso irmão, porque agora podemos ver que ele é feliz, por poder morar dentro de uma casa que o Governo Jaime Lerner e o nosso Secretário da Habitação Raphael Dely têm tanto se preocupado com o nosso trabalhador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - A Mesa registra por indicação do Deputado Duffio Genari, a presença aqui de uma comitiva numerosa do Município de

Toledo, compostas pelas seguintes autoridades: João Batista Campos Secretário do Comércio de Toledo, Elton Velter, Vereador de Toledo, Claudinei Chinaider da Associação Comercial Industrial de Toledo, Edmilson dos Santos da Associação Comercial-Industrial de Toledo, Calicipo de Paula Filho da Associação Comercial de Toledo, Leoclides Vereador de Toledo, Valdir A. Paza da Associação Comercial de Toledo, Ueder Aparecido Carpine da Associação Comercial que é o seu presidente, Marcio Luiz Bendi da Associação, Joel e Nelton, também da Associação. É ainda por indicação do Deputado Cesar Seleme, registra a presença do Prefeito de São João do Triunfo, o Prefeito Luciano Micharki.

Agora, encerrado o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, com a palavra com o prazo de 30 minutos o Deputado Estadual do Partido dos Trabalhadores Irineu Mario Colombo.

**O Sr. José Tavares** - Sr. Presidente queria fazer um comunicado antes que o Deputado assumia a tribuna.

(Assentimento)

Para os Membros da Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia, um convite para logo após a Sessão Plenária uma reunião, a primeira reunião Ordinária da Comissão dos Direitos Humanos nesta Casa, que se realizará no Plenarinho, aqui na nossa Assembléia Legislativa. Portanto, é um convite que eu queria aproveitar a oportunidade de fazer aos Membros da Comissão para a primeira Sessão Ordinária, logo após a Sessão Plenária, no Plenarinho.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)** - A Mesa enfatiza o convite aos Membros da Comissão dos Direitos Humanos para se reunirem junto ao Deputado José Tavares no Plenarinho.

Com a palavra o Deputado Colombo.

**O SR. IRINEU COLOMBO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço uso da tribuna no Grande Expediente para

relatar um fato que aconteceu, um triste fato que aconteceu no Município de Foz do Iguaçu, e para isso está se mobilizando, inclusive, a nossa Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, que o fato de uma chacina, assim titulada pela carta que me chega as mãos, mandada pelo centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu.

O fato é o seguinte Srs. Deputados: Relatado pelo Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu, o caso em que a polícia daquele município, sob o comando do delegado Luiz Carlos de Oliveira, delegado o qual já me pronunciei contrário à sua primeira ação naquele município, quando de forma arbitrária apreendeu os "out doors" nas gráficas daquele município, a pedido do Senhor Prefeito municipal. Denunciei aqui dessa tribuna que de forma arbitrária que não se via nem no período militar, esse delegado invadiu uma gráfica e apreendeu material sem mandado judicial. Desta vez senhores, é o fato de que policiais comandados por esse mesmo delegado Luiz Carlos Oliveira, entraram na favela chamada Colônia dos Pescadores, seis horas da manhã, retiraram 4 rapazes dos barracos, amontoaram os rapazes, bateram e depois colocaram contra o muro e depois executaram.

Quero levar aos senhores o relatório mandado pelo Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu, mandado do Senhor Ministro da Justiça para a Comissão de Direitos Humanos desta Assembléia, para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e para todos os órgãos que cuidam dos direitos humanos, bem como, o senhor governador e Secretário de Segurança do Estado do Paraná.

Chacina da Colônia dos Pescadores.

Relatório dos Trabalhos do Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu com apoio da Central de Movimentos Populares, Associação dos Moradores da Favela Monsenhor Guilherme, Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua, OAB, Igreja Católica, Igreja Presbiteriana na região da Colônia dos pescadores de Foz do Iguaçu, no sentido de apurar a execução de quatro rapazes.

(Lê:—

RELATORIO



# CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE FOZ DO IGUAÇU

## Chacina da Colônia dos Pescadores

### Relatório

Relatório dos trabalhos do Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu, com o apoio da Central de Movimentos Populares, Associação dos Moradores da Favela Monsenhor Guilherme, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, OAB, Igreja Católica, Igreja Presbiteriana, na região da Colônia dos Pescadores de Foz do Iguaçu, no sentido de apurar a execução de quatro rapazes, Geovane Medina, 15 anos, Arnaldo Oziel Magelos, 16 anos, Adenilson Matos, 17 anos, e Eli de Oliveira, 19 anos.

O Centro de Direitos Humanos recebeu apelo do senhor Luiz Carlos Gomes de Lima, que trabalha como vigia na Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, no sentido de que estivessemos pessoalmente examinando os corpos dos rapazes chacinados, sendo um deles seu próprio filho, Adenilson Dias Matos.

Seguimos para o Barracão da Colônia dos Pescadores, local onde estavam sendo velados os corpos dos três adolescentes. O outro, Eli, estava sendo velado em outra região da cidade, conhecida como Vila da Ba'alha. Ao chegarmos no funeral foi-nos mostrado pelos familiares as marcas da violência policial e as perfurações das balas nos corpos dos rapazes. Pudemos observar vários ferimentos, fraturas, marcas de algemas nos braços, e a cabeça enfaixada devido as perfurações de balas no crânio. Procuramos consolar as famílias e orientar no sentido de comparecerem ao Ministério Público, principalmente aqueles que presenciaram a ação dos policiais.

No sábado, 11 de outubro, após os funerais, no período da tarde, articulamos uma reunião com vizinhos, amigos, parentes das vítimas e as testemunhas, no Barracão da Colônia dos Pescadores. Participaram também OAB, Dr.ª Silvia, Judiciário, Dr. Rui Muggiati, Movimento de Meninos e Meninas de Rua, Fr. Pedro Brondani, Associação dos Funcionários Públicos, Francisco Brasileiro, Movimento de Cursilhos, Dr. Nei Chassot, Igreja Católica Pe. Aldo Dal Pozzo, Central de Movimentos Populares, Anselmo Schwartz, Associação dos Moradores da Favela Mons. Guilherme, Moisés, Centro de Direitos Humanos, Rev. Romeu Olmar Klich e Adriana Campos. Num primeiro momento foram ouvidas as pessoas da comunidade, parentes e testemunhas do fato. Em seguida os representantes fizeram seus pronunciamentos, orientando e assumindo compromisso de se empenharem na apuração da chacina. Dr. Rui Muggiati esclareceu quanto aos procedimentos legais e orientou concentrar os esforços na apuração do ocorrido. Houve muita comoção tanto da comunidade, dos parentes, quanto dos representantes das entidades.

Terminada a reunião, atendendo convite dos familiares, fomos ao local onde ocorreu a chacina. Pudemos ainda observar as marcas/evidências da barbárie. Porta da casa arrombada. Mobília toda destruída. Seguimos pela trilha do holocausto, isto é, o caminho seguido pelas vítimas, até o paredão de execução. Apesar das fortes chuvas persistiam as marcas das poças de sangue no chão, estilhaços de ossos do crânio e pedaços de massa encefálica dos rapazes. Eram muitas as perfurações de bala no muro. Também encontramos algumas cápsulas e projéteis utilizados na chacina.

Na segunda feira, 13 de outubro, acompanhamos, juntamente com as famílias e pessoas da comunidade, os que testemunharam a chacina. A partir de suas declarações ao Ministério Público, após breve análise, podemos apontar, ainda que supositivamente, os prováveis fatos:

*"Madrugada do dia 10 de outubro de 1997, na região conhecida como Favela do Monsenhor Guilherme, Colônia dos Pescadores, às margens do Rio Paraná, mais especificamente nos fundos do Posto de Saúde, Cidade de Foz do Iguaçu, PR, um grupo de agentes (entre 10 e 20) da Polícia Civil, esteve na casa onde morava Geovane Medina, 15 anos, estando com ele nesta ocasião, Arnaldo Oziel Magelos, 16 anos, Adenilson Matos, 17 anos, e Eli de Oliveira, 19 anos, reunidos para assistir o jogo do Brasil e ali pernoitarem por considerarem tarde e perigoso ir embora ao final do jogo. Os agentes arrombam a porta, rendem e algemam os quatro rapazes. Colocados para fora, são obrigados a se deitarem uns sobre os*





## CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE FOZ DO IGUAÇU

outros submetidos a uma sessão de torturas. Um dos agentes comunica por rádio dizendo que "a situação estava dominada, da nossa parte está tudo pronto", ao que responderam: "então deixa conosco". Os vizinhos que saem para ver a razão do tumulto, são ameaçados e obrigados a permanecerem trancados dentro de suas casas. Alguns espionam por frestas de portas e janelas, outros fogem e avisam os familiares de que os rapazes haviam sido presos. Após a conversa pelo rádio, os quatro rapazes são conduzidos em fila, atravessam um campo de futebol, chegam até o muro de um terreno baldio nas imediações, onde são barbaramente executados um a um. Chega a notícia para algumas das famílias de que a polícia havia matado os rapazes. Quando lhes é permitido chegar ao local só restava as marcas da violência. Os agentes recolheram os corpos (prática comum aos grupos de extermínio) e as cápsulas e projéteis usados na execução, encobrendo também as poças de sangue, na tentativa de eliminar os vestígios. Para algumas famílias havia ainda a esperança de que pudessem estar presos. Na delegacia agentes informam não saber do paradeiro dos rapazes, alimentando a expectativa de que talvez alguns estivessem presos. Um dos pais observa pela janela do IML, vê o corpo de um dos rapazes, avisa a mãe, e só então é confirmado que todos estavam mortos. Os corpos são devolvidos às famílias somente à noite.

(Segue anexo o depoimento das testemunhas e matérias jornalísticas dando mais detalhes)

Diante do caminho percorrido, cingido de características e motivações bárbaras, o Centro de Direitos Humanos, ouvindo o clamor dos que perderam seus filhos chacinados, marca de tal forma sua experiência de defesa e promoção dos direitos humanos, que a intervenção em torno desta questão alcança status de prioridade absoluta. Por outro lado, mobiliza nossa atenção quando vemos a prática do extermínio sendo apresentada como "alternativa" de combate a criminalidade.

Ao atender o apelo do Sr. Luiz Carlos, acabamos nos deparando involuntariamente com uma tragédia social. Os últimos anos, em Foz do Iguaçu, tem sido marcados por um fenômeno estarrecedor: o extermínio sistemático de pessoas. Entendemos aqui extermínio como o ato de matar alguém extrajudicialmente e com requintes de crueldade. Hoje, o homicídio com tais características é abordado corriqueira e banalmente nas páginas policiais dos jornais locais.

Homens e mulheres diariamente tombam vítimas deste tipo de crime, conforme podemos observar nos diários locais. Apesar do expressivo número de exterminados, e da truculência com que são cometidas as mortes, a criminalidade continua crescente. Para nós, essa é uma evidência de que a atividade criminosa e o método empregados não são eficazes no controle da violência.

Para parcela da polícia, tudo é muito simples: atendendo denúncias anônimas, são recebidos a bala, às vezes até depois de detidos os supostos bandidos, atiram para se defender, todos os bandidos acabam mortos e nenhum policial ferido. Cumpru-se a profecia: "prefiro quinze bandidos mortos do que um policial ferido". Detém o título de defensores da sociedade mas na prática são seus executores. "Estão longe de querer sanear a sociedade com o assassinato de bandidos. Eles próprios são bandidos dos mais perigosos" confirma um dos familiares dos meninos. "Certamente os traficantes não fariam isso com crianças" acrescenta outro.

Sem dúvida, uma das principais dificuldades para o combate a este tipo de crime está no respaldo por parte de pessoas influentes da sociedade e de alguns políticos que até propõem moção de apoio ao que a polícia está fazendo. Infelizmente são muitos os que têm o hábito de dar cobertura a exterminadores.

Ser pobre, negro, do sexo masculino, analfabeto ou semi-analfabeto, idade entre 15 e 30 anos, e morar em favela, é meio caminho andado para se tornar vítima de extermínio em Foz do Iguaçu. Este pelo menos é o perfil das vítimas desses crimes. A mera suspeita de envolvimento em atividades criminosas, é a principal razão para ser eliminado sumariamente. Quase sempre a noite é a testemunha destas ações violentas, que são antecedidas por um ritual de tortura que termina com a morte. Em geral os corpos ou são removidos, ou encontrados em lugares como a Baixada do Leão, conhecido ponto de desova em Foz do Iguaçu, ou jogados no Rio Paraná.



## CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE FOZ DO IGUAÇU

O sofrimento das vítimas atinge também suas famílias. Além de chorar a perda de seus entes, elas próprias podem se converter em vítimas pela simples ligação próxima com o sujeito perseguido ou por ter testemunhado alguma coisa.

A defesa da vida deve ser prioridade em qualquer circunstância. No entanto, a partir do momento em que as pessoas se tornam excluídas, os sentidos ficam muito comprometidos. A vida passa a não ter um valor tão grande num contexto de miséria, de marginalização, de analfabetismo, de violência generalizada. Neste contexto, a vida não aparece como um bem fundamental em si. A sociedade que não tem consciência de direitos de cidadania, é uma sociedade que ainda não conseguiu assumir a maioria política, é uma sociedade sem identidade, é um bando.

As informações aqui apresentadas já servem para dar uma idéia superficial do terreno em que se está começando a pisar: o da criminalidade especializada, ultraviolenta, institucionalizada e protegida por setores da sociedade e do Estado.

Diante disso, o Centro de Direitos Humanos tomou as seguintes medidas e apresenta as seguintes proposições:

1. A Campanha Sou Pela Paz deve ser lançada imediatamente em Foz do Iguaçu e deve convidar formalmente os órgãos de governo e as entidades não governamentais tanto do Brasil como do Paraguai, em especial os que atuam na região de fronteira, para que se integrem à luta contra a violência. Não é possível combater o problema de forma descoordenada e isolada.

2. A Secretaria de Segurança e de Justiça do Estado do Paraná, Ministério Público, o próprio Governo do Estado, deve encetar gestões administrativas no sentido de apurar as responsabilidades.

3. O CDH encaminhará relatório à Unicef e à Anistia Internacional.

4. O CDH encaminhará relatório ao Governo do Estado do Paraná e ao Governo Federal, exigindo abertura providências, nomeação de comissões especialmente para isso designadas, no sentido de identificar, reprimir e responsabilizar os executores dos quatro rapazes.

5. Os órgãos governamentais e as entidades não governamentais da região de fronteira devem desencadear uma campanha de esclarecimento das famílias e da opinião pública, no sentido de alertar para idoneidade dos rapazes mortos. Tal campanha deve conseguir a adesão dos meios de comunicação de massa.

6. O CDH encaminhará relatório ao Ministério da Justiça do Brasil para que, com a máxima urgência, tome providências eficazes na apuração e punição da prática criminosa, e, se possível, que a Polícia Federal assumas as investigações.

7. O CDH encaminhará relatório às Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados do Brasil e Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República.

Foz do Iguaçu, 14 de outubro de 1997.

Rev. Romeu Olmar Klich  
Presidente

# Oícia fuzila quatro na Favela Mon

**mon, que foi recebida à bola e à altura. Rapazes seriam fuzilados no centro da cidade**

Na manhã de ontem, quando a polícia chegou à favela, os moradores estavam se preparando para a chegada dos policiais. Alguns estavam armados e outros estavam correndo. A polícia entrou na favela e começou a fazer buscas. Em um dos pontos de encontro, os policiais encontraram quatro jovens. Eles foram levados para o centro da cidade e fuzilados. A polícia também encontrou outros pontos de encontro e os moradores foram levados para o centro da cidade. A polícia continuou a fazer buscas e os moradores foram levados para o centro da cidade. A polícia também encontrou outros pontos de encontro e os moradores foram levados para o centro da cidade.



Policiais cercaram o Favela Mon



Delatadas e matou da PAF se reuniram antes do assassinato

A polícia informou que Eli de Oliveira vem passando pelos pontos de encontro e viu a aeronave. Segundo fontes policiais, os pontos de encontro foram fechados e os moradores foram levados para o centro da cidade. A polícia também encontrou outros pontos de encontro e os moradores foram levados para o centro da cidade. A polícia continuou a fazer buscas e os moradores foram levados para o centro da cidade.



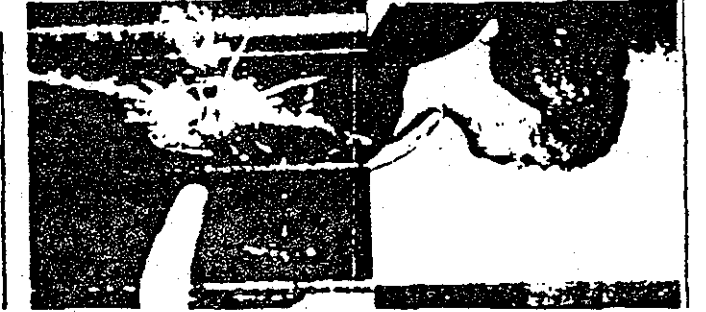
Pessoas em veículos também foram facilitadas

## MORADORES

### Policiais recebem af

Moradores das proximidades do Colégio Monsenhor Guilherme, situado em frente à favela do mesmo nome, manifestaram apoio à operação policial realizada ontem pela manhã, que culminou com a morte de quatro rapazes, provavelmente integrantes de uma quadrilha de assaltantes. A dona de casa, L. M. D., residente na Rua Nair, disse que não sabia o nome dos rapazes, mas que eles estavam em uma casa na favela. Ela também disse que os policiais foram muito educados e que ela estava muito feliz com a operação.

A operação afirmou ainda que tiramos entre moradores ocorrem diariamente nas imediações da favela, colocando em risco a vida de pessoas inocentes. Ela afirmou que após a operação policial, "a situação melhorou".



A GAZETA DO PARANÁ - CADERNO 1

CIA

MATANÇA

# Rapazes foram e

Juiz Rui Muggiatti, representantes da OAB e Centro de Defesa dos Direitos humanos ouviram familiares das vítimas ontem na favela

Representantes do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, o juiz Rui Muggiatti, representantes da OAB, padres e integrantes de entidades populares estiveram ontem à tarde reunidos em familiares dos rapazes mortos pela Polícia Civil na manhã de sexta-feira. Durante o encontro, ocorrido na Casa de Pescadores, Favela Monsenhor Guirara, testemunhas afirmaram que os adolescentes foram sumariamente executados pelos agentes da Polícia Civil. Moradores da favela mostraram ontem as marcas da violência no muro, onde os rapazes foram mortos com tiros de pistola nas cabeças e costas. Não houve troca de tiros porque os rapazes estavam algemados e desarmados, segundo testemunhas presentes à reunião.

"Vimos cenas de terror não podemos fazer nada", afirmou a violência sendo abrimos as portas novas casas, os policiais mandaram gente entrar e fechar as portas. Ainda viendo eles jogaram os corpos no chão e pularam nas tas delas. Depois chegaram os quatro e começaram a jogar de um por um o estador no muro. Foi rivel", disse uma testemunha do juiz Rui Muggiatti e dos representantes das entidades populares. O pescador C. M., pai do falecido Adelson Dias, 17, disse que o filho tinha passado por dificuldades e que também havia sido impedido de dar vista e Rádio Foz pela



Altera em que bala atingiu muro e ndoles de uma das vítimas colado no Molo

Polícia no momento do crime. "Vi meu filho com a cabeça estourada de balas. Eles são uns monstros e já foram vistos executando pessoas aqui as barrancas do Rio Paraná. Temos mais medo da Polícia Civil do que dos bandidos", disse o pescador, que somado pela emoção chorou e não conseguiu terminar seu relato.

A dona de casa S.M., mãe de Giovanni Medini, 15, uma das vítimas, afirmou que policiais civis mentiram alegando que seu filho estava preso. "Depois soube que o menino estava morto e encontrei seu corpo todo desfigurado. Ele levou um tiro na nuca que projetou a língua para fora da boca", disse a mãe da vítima revoltada.

O juiz Rui Muggiatti ouviu atentamente os depoimentos emocionados dos pais das vítimas da violência e esclareceu que um promotor já está cuidando do caso. "É preciso condenação para reunir os depoimentos e provas. Isso vai facilitar o trabalho do promotor na apuração do caso. Quem viu o que houve deve colaborar com a investigação e relatar os detalhes para o promotor", disse.

A reunião foi coordenada pelo reverendo Otmar Kliach, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, que na segunda-feira às 9 horas vai à Promotoria com familiares das vítimas e testemunhas de execução. As vítimas exigem justiça e querem ver na cadeia os policiais que mataram os adolescentes.



Moradores presentes à reunião

A GAZETA DO PARANÁ

21.10.1997

CIJ. T. M. 29MAI

RESPOSTA

## Quem atirar em policiais terá o troco, diz delegado



Delegado Luiz Carlos de Oliveira, que não sabe qual o troco de cabineiros que vem sendo

ando em Foz do Iguaçu e roubando carros para vender no Paraguai. A quadrilha rouba Fiat Uno e vende no Paraguai. Aceptadores de objetos roubados também estão na mira do delegado.

Além de programar novas operações para combater o crime na periferia da cidade, o delegado também vai implantar, na 6ª Subdivisão, o Disque Denúncia, um serviço para receber denúncias sem que o denunciante precise se identificar. O número do telefone será o 145.

Luiz Carlos garante que as denúncias recebidas serão chegadas pela equipe de plantão. Com o novo serviço, o delegado espera a redução da população que se dedica ao comércio de objetos roubados na cidade.

HOMICÍDIO

## Mulher morta com 7 facadas e pauladas

Moradores da Favela da Martinha encontraram no final da tarde de ontem um corpo sem vida nas margens do Rio Paraná, o corpo de Neusa Luise de Souza, de 30 anos, morta com sete facadas e pauladas na cabeça.

A vítima residia na Favela do Bambu, região do

Jardim América, e estava desaparecida desde domingo.

A Polícia acredita que ela tenha sido assassinada por traficantes da Favela do Bambu, mas ainda não tem pistas dos marginais. Depois de morte, a vítima teve o corpo atirado nas águas

do Rio Paraná.

Um inquérito foi aberto para apurar o caso na 6ª Subdivisão Policial. O corpo de Neusa, completamente desfigurado, foi reconhecido ontem pela mãe no Instituto Médico Legal.

GZETA DO IGUAÇU - CADERNO 1

POLÍCIA

DOMINGO, 12 DE OUTUBRO DE 1997

# Executados, afirmam testemunhas



Não sabe exatamente os chocantes depoimentos

## DO ESCONDIRIO

### Testemunhas acordaram em gritos dos rapazes

Trabalhadores da favela de Pescadores se reuniram ontem à noite em uma reunião de Pescadores. Em meio aos gritos dos rapazes, que eram torturados e assassinados de dentro do prédio. "Quando abri a porta para ver o que estava acontecendo, a polícia me chamou e mandou que eu saísse. Depois ruí e eles estavam com os outros rapazes e em seguida os mataram. Os meninos não permitiram que ninguém se aproximasse", disse uma das testemunhas.

Os moradores da favela foram unânimes em dizer que a Polícia Civil chegou e em seguida os mataram. Os meninos não permitiram que ninguém se aproximasse", disse uma das testemunhas.

velório era possível ver as marcas das algemas nas mãos dos menores. "Como os meninos correram afirmando se estavam desarmados e algemados?", perguntou revoltado.

Os moradores da favela disseram que os policiais teriam ido à favela por causa de uma denúncia anônima contra craqueiros. "Realmente existe uns craqueiros aqui, mas não tinham nada a ver com os meninos, que não eram marginais e não tinham passagens por delegacias. Eles pensam que favelados são todos bandidos, mas nossos filhos eram trabalhadores", disse o pescador C. M.

Segundo as pessoas presentes à reunião, a Polícia impediu a filmagem dos corpos junto ao muro e também evitou que moradores fossem entrevistados logo após o crime.

"Eles cobriram o sangue com terra e recolheram cápsulas de balas, mas achamos algumas depois que saíram", disse outra testemunha.



Linha onde os rapazes foram mortos

## NA CORDA BAMBÁ

### Denúncia de chacina pode derrubar delegado-chefe

A reação de famílias e testemunhas da morte dos adolescentes, que recebem o apoio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Ordem dos Advogados do Brasil e políticos, pode derrubar o delegado-chefe da 6ª Subdivisão Policial, Luiz Carlos de Oliveira, que assumiu o cargo há 25 dias. As entidades consideraram agressivas e inadequadas para uma autoridade policial, as declarações feitas pelo delegado.

Luiz Carlos afirmou que todas as vezes que policiais foram recebidos à bala, vão responder na mesma intensidade. Em seguida disse preferir a morte de 15 bandidos a de um policial e que famílias de bandidos sempre diz que ele era santo.

Entidades não encaminharam documentos relatando a instância ao Secretário de Segurança e Justiça do Estado, Assembleia Legislativa, Comissão de Justiça do Congresso Nacional, vinculado ao Ministério da Justiça e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O objetivo é fazer uma comissão de deputados federais para acompanhar a investigação do caso.

Manifestações de estudantes, sindicalistas e vereadores contra a violência em Foz de Iguaçu também estão sendo programadas. Os manifestantes também devem exigir o afastamento dos policiais que participaram da ação na favela, que culminou com a morte dos quatro rapazes.

De acordo com as entidades presentes à reunião de ontem, que lutam para esclarecer a verdade, as evidências mostram que houve uma chacina semelhante aquelas mostradas pela televisão no Rio de Janeiro e São Paulo.

## PARANAZÃO

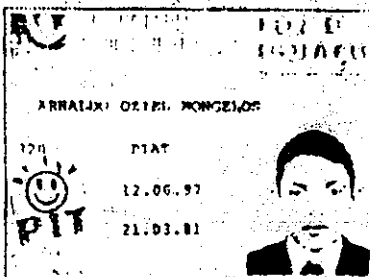
### Rapaz teria se afogado quando pescava no rio

Soldados do Corpo de Bombeiros fizeram buscas superficiais nas águas do Rio Paraná na última sexta-feira, nas proximidades do Iate Clube Cataratas, na tentativa de encontrar o corpo de um "pescador" identificado como Ailton Aparecido Gomes, 30, que teria se afogado. Ele pescava em companhia de dois amigos, quando o barco a motor em que estavam virou e todos foram arrastados pela correnteza das águas do Rio Paraná. Os companheiros da vítima conseguiram se salvar, segundo informaram soldados bombeiros.

Buscas foram realizadas ao final da tarde de sexta-feira, no entanto, bombeiros não conseguiram encontrar o corpo da vítima. O trabalho dos bombeiros foi dificultado porque as águas do rio subiram mais de dois metros e existe muita correnteza, o que impede o mergulho.

## INOCENTE

### Rapaz morto trabalhava no Corpo de Bombeiros



Carteira funcional de um dos menores mortos pela Polícia

Uma dos rapazes mortos pela Polícia Civil, na manhã de sexta-feira, é Aivaldo Oziel Montenegro, de 16 anos, que fazia a 7ª Série no Colégio Mito, na Avenida Jorge Schimmelfennig, centro. Ele não tinha passagens por delegacias, como dois de seus companheiros, (apenas Eli de Oliveira, 19, havia cometido um pequeno delito quando menor de idade).

Aivaldo trabalhava no quartel do Corpo de Bombeiros, na Avenida JK e era tido como um excelente garoto.

Os quatro rapazes mortos teriam uma rixa com um grupo de craqueiros na favela e inclusive estavam sendo ameaçados por eles. Moravam juntos no pólo, mas resolveram alugar o barraco para ver vídeo-game e televisão, objetos que também teriam sido recolhidos pela Polícia.

S. M., mãe de Oziel Montenegro, 15, garoto que também foi morto, disse que eles tinham medo para se defender do grupo de craqueiros que os ameaçava.

O ESTADO DO PARANÁ

706.51 11/10/1997

Drogas

A secretária executiva do Conselho de Segurança Pública do Paraná, realiza em Foz de Iguaçu, dias 16 e 17, no Hotel Mirante, o I Encontro de Fronteiras Brasil/Argentina, para discutir estratégias para evitar o tráfico de drogas e o comércio ilícito transnacional.

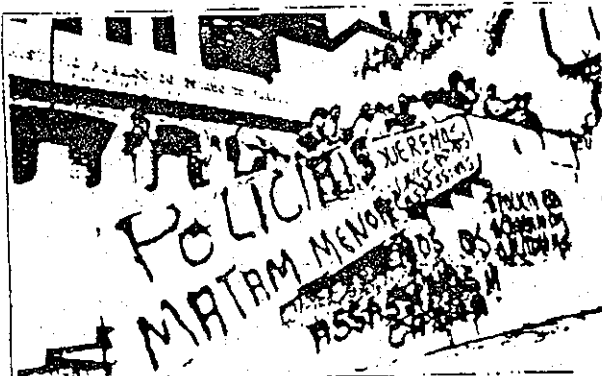
MURKUS NA FAVELA

# Famílias depõem na Promotoria e exigem cadeia para policiais

Um protesto de famílias e amigos dos rapazes mortos na última sexta-feira por agentes da Polícia Civil, quebrou a rotina ontem à tarde na Promotoria, na Rua Quintino Bocaiuva, a duas quadras da Favela Monsenhor Guilherme. Acompanhados pelo reverendo Olmar Klisch, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, moradores da favela acompanharam testemunhas até a Promotoria, onde fixaram cartazes com palavras de protesto contra policiais civis.

Por volta das 14 horas, testemunhas começaram a ser ouvidas pela promotora Michele Ronel Maia Zardo, que dará início às investigações. Vizinhos das vítimas contaram em detalhes o que viram e ouviram na favela na manhã de sexta-feira, inclusive citaram nomes de agentes que participaram da operação e apresentaram informações que vão de encontro a versão apresentada pela Polícia.

Com base nos depoimentos de testemunhas e pelo estado em que se encontravam os corpos das vítimas, desfigurados pelos tiros na cabeça e costas, o reverendo Olmar Klisch, não tem dúvidas de que houve uma chacina. "É insustentável a versão apresentada pela Polícia dando conta que dois rapazes ter-



Testemunhas e familiares das vítimas: revolta

am atirado nos policiais no momento em que eles já haviam dominado as vítimas. Não evitamos isso. O que houve foi mesmo uma execução sumária. Testemunhas

ouviram quando os policiais, já com os rapazes algemados e dominados se comunicavam pelo rádio e receberam a ordem para matá-los. Então conduziram os quatro para o muro e os executaram", disse.

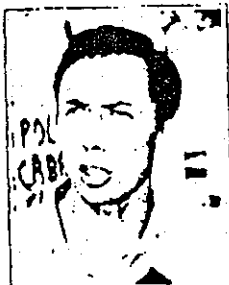
O reverendo Olmar Klisch afirmou que a prática dos policiais que participaram da operação na favela é típica de

grupos de extermínio com atuação em diversas cidades do país. "Os grupos de extermínio em São Paulo, Rio de Janeiro, agem assim. Aquel não foi diferente. Executaram os rapazes e retiraram os corpos sob pretexto de prestar socorro. Agindo assim, eles prejudicam o trabalho da polícia para tentar caracterizar que houve uma execução", disse.

O Centro de Direitos Humanos já preparou um relatório sobre o caso e irá encaminhá-lo do para o Governo do Estado, Assembleia Legislativa, secretarias de Segurança, Ministério da Justiça, Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados e Anistia Internacional.



Viviane leva dois filhos com Eli, uma das vítimas



Reverendo Olmar Klisch acompanhou testemunhas

## Testemunha afirma que está sendo ameaçada

Uma das testemunhas da operação policial na favela Monsenhor Guilherme, na sexta-feira, a mãe de um dos mortos, A.R., de 16 anos, que prestou depoimento ontem, disse ter sido amea-



A.R. se escondeu no fato de casa temendo ser morto

çada de morte por policiais civis, que foram enviados para a favela. Segundo ela, os policiais chegaram a bater na porta de sua casa. "Eles bateram várias vezes na porta, mas eu não abri. Me escondi no quarto que fica no fundo. Se eu abrisse a porta também teria sido morto", disse.

A.R. disse que estava numa casa em construção numa boate quando os policiais chegaram e prenderam os meninos. Depois, ela saiu por um corredor no muro. Mas não pôde sair porque estava sendo ameaçada", disse. A testemunha afirmou que estava morando com a mãe, onde também trabalhava durante o dia como ajudante.

Em meio às pessoas que protestavam ontem em frente à Promotoria, estava Viviane Machado, 19, mãe de Eli Oliveira, 15 anos, que segundo familiares trabalhava e servando refeições e brinquedos no Paraguri. Eli deixou mulher e dois filhos, um menino de 2 anos e uma menina com apenas 10 dias.

Viviane apresentou uma declaração de 'Casa Favela', situada no Paraguri, onde Eli trabalhava. "Ele não trabalhava no Paraguri, mas ultimamente estava desocupado. Mas não era marginal", disse a mulher da vítima e as crianças nos braços em frente ao prédio da Promotoria.

Laudos - A direção do Instituto Médico Legal informou que os laudos de necropsia realizados nos corpos das vítimas deverão ficar prontos em dez dias.

Um perito do Instituto de Criminalística, que fez o exame no local onde os rapazes foram mortos, afirmou que o laudo será divulgado no final de semana. Embora tenha feito o trabalho sem os corpos, que já haviam sido recolhidos pela Polícia, o perito colheu copias das balas e fotografou o muro e laudos também atingidos pelas balas.

(10)  
(11)  
(12)  
(13)  
(14)  
(15)  
(16)  
(17)  
(18)

A Garota do Início

ANO 8 Nº 2694 FÓZ DO IGUAÇU, 14 OUTUBRO DE 1997 - TERÇA-FEIRA R\$ 1,00

## Promotoria ouve testemunhas das quatro mortes na favela

Um protesto de famílias e amigos dos rapazes mortos na última sexta-feira por agentes da Polícia Civil, quebrou a rotina ontem à tarde na Promotoria, na Rua Quintino Bocaiuva, a duas quadras da Favela Monsenhor Guilherme. Moradores da favela acompanharam testemunhas até a Promotoria, onde fixaram cartazes com palavras de protesto contra policiais civis. Pela manhã, o delegado-chefe convocou uma entrevista coletiva. Convidou os senhores para deixar claro que não trabalha com latrocínios e homicídios. Quêro dizer tem-



# A GAZETA DO IGUACU

O 8 Nº. 2693

FOZ DO IGUAÇU, 12 OUTUBRO DE 1997 - DOMINGO

R\$ 1,00

## Polícia é acusada de execução sumária na Favela Monsenhor



Representantes do Centro de Defesa Direitos Humanos, o juiz Rui Muggiatti, representantes da OAB, padres e integrantes entidades populares (foto) estiveram ontem tarde reunidos com familiares dos rapazes mortos pela Polícia Civil na manhã de sexta. Durante o encontro, ocorrido na Colônia de Pescadores, na Favela Monsenhor Guilherme, testemunhas afirmaram que os adolescentes foram sumariamente executados pelos agentes da Polícia Civil. Moradores da favela retrataram ontem as marcas da violência no momento em que os rapazes tombaram sem vida com tiros de pistolas nas cabeças e costas. Páginas 8

TRIBUNA DE FÓZ  
10.01.13.10.97

## As estatísticas da violência

Houve quem avaliando o tiroteio entre a polícia e quatro rapazes que morreram durante o confronto na favela Monsenhor Guilherme, colocasse sob suspeita a ação dos policiais. Fala-se em execução. Porém, é preciso lembrar que os rapazes mortos no combate estavam armados.

E lembrar também que, apesar de serem famílias, habitavam em grupo, uma região considerada perigosa onde homens e mulheres são retirados da cama diante de olhares atônitos e violentados pela bandagem que reina soberana. Ou ainda, onde corpos são carregados entre os barracos para serem atirados nas águas do rio Paraná. Infelizmente, os rapazes morreram. A versão dos policiais, con-

vocados pela população que já não suportava mais ouvir trocas de tiro durante a noite, é de que houve reação. Em contrapartida, é inconcebível acreditar que nove policiais se reuniram naquela manhã chuvosa e decidiram que matariam alguns jovens das áreas apenas pelo prazer de matar.

Houve uma convocação popular para a ação policial. Houve um clamor de exigência da tranquilidade, feito pela sociedade que é soberana. Os policiais estavam cumprindo com seu dever e alegam que os suspeitos reagiram. E, quando isso ocorre, os suspeitos deixam de lado o direito ao julgamento justo e encaram a realidade nua e crua do matar ou morrer. Porém, é preci-

so destacar que se os policiais não têm ali para matar, muito menos têm vocação para morrer.

Qualquer julgamento nesse momento, é discutível. Os procedimentos legais deverão comprovar o que realmente houve naquela madrugada. Depoimentos emocionados de parentes e amigos não podem ser sobrepostos aos relatórios técnicos dos policiais e vice-versa.

Se na batida daquela madrugada - convocada por cidadãos que exigem garantia de segurança - houvesse algum policial alvejado, ele seria encarado como estatística em acidentes de trabalho.

Em os questionamentos, com certeza, seriam bem menores que os atuais.

FROM :  
MATANÇA NA FAVELA

# Não trabalho com facínoras e homicidas', afirma delegado

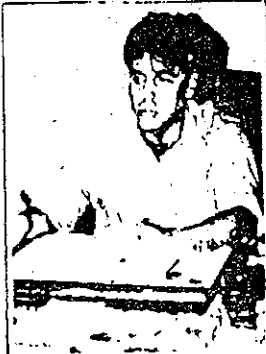
Ele convidou a imprensa para uma entrevista coletiva ontem. Disse que mortes dos rapazes serão apuradas de forma mais transparente possível

O delegado-chefe da 6ª Subdivisão Policial, Luiz Carlos de Oliveira, convidou a imprensa ontem pela manhã para falar sobre o que o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e várias entidades populares passaram a chamar de 'Chacina da Associação de Pescadores', que teria sido praticada por policiais civis. Convidou os senhores para deixar claro que não trabalha com facínoras e homicidas. Quero dizer também que a investigação do caso será feita dentro da maior transparência possível. Não queremos acobertar ninguém, inclusive já solicitamos um promotor para acompanhar o inquérito policial que será instaurado", afirmou o delegado, acrescentando que "se houve excessos, culpados serão punidos".

Ele também reafirmou que na sexta-feira pela manhã quando se preparava para realizar o arrolamento no Porto Meira, recebeu uma denúncia por telefone dando conta da ocorrência de um tiroteio na favela entre marginais. Diante da denúncia, foi designada uma equipe comandada pelo delegado Antônio Donizete, do 2º Distrito Policial, para comparecer ao local.

Na favela, segundo o delegado, quando os policiais já tinham dominado o grupo de rapazes, sendo que eles estavam sem armas e não haviam sido revistados, teriam surgido outros dois comparas deles atirando contra os agentes.

"Pelas informações dos policiais, os rapazes estavam dominados, mas não tinham sido revistados. Quando estavam sendo conduzidos, dois outros rapazes surgiram e começaram a atirar contra os agentes. Houve uma correria e aqueles que estavam sendo presos caíram atirando. Essa foi a informação que recebi. Porque, como os senhores, eu também não estava no local. Por isso estamos abrindo um inquérito para apurar os fatos com toda transparência possível.



Delegado Luiz Carlos: "Se houve excessos, culpados serão punidos".

vel", disse.

Segundo o delegado, os policiais que participaram da operação são de Forquilha, conhecem a cidade. "Eu confesso para vocês que os agentes estão receiosos. Porque se amanhã ou depois reconhecer um crime maior nas favelas, em breco de fumo, de crack, vai ficar difícil para Polícia. É preciso entender também que o trabalho da Polícia é difícil. A realidade da criminalidade em Forquilha é muito difícil, vocês sabem melhor que eu. Existem disparos de arma de fogo de grosso calibre, inclusive de fuzil e nossos policiais muitas vezes têm que enfrentar situações perigosas com J3 e pistolas", disse.

## ■ DROGA

### Bocas de fumo serão mapeadas pela Polícia

A Polícia Civil vai mapear os pontos de venda de drogas instalados nos bairros e favelas de Forquilha, que segundo estudo de especialistas na área da segurança, dão origem a uma série de crimes hediondos. "Sabemos que o maior problema enfrentado hoje em qualquer cidade, do Brasil ou do mundo acontece no ponto de tráfico. Ali está o tráfico, e a droga, o receptor. Então vamos mapear as bocas de fumo, pontos de venda de crack e cocaína. Vamos combater sem tréguas a atuação desses marginais", disse.

A Polícia também objetiva impedir que traficantes usem menores para atuar como "Soldados do Tráfico". "Nós sabemos que traficantes costumam usar menores para fazer a cobertura nas bocas de fumo. Diante de ação policial, eles são avisados pelos menores e conseguem se desfazer da droga e desaparecerem do flagrante. Então o mapeamento é para impedir a atuação desses marginais", disse.

O delegado Luiz Carlos afirmou que talvez tenha sido mal interpretado, no momento em que se referia a atuação da Polícia na Favela Monjardim Ortigara, quando foram mortos os quatro rapazes. "Não ficamos felizes com a morte, mas pelo contrário, lamentamos as mortes porque matar não é nosso objetivo. Agora se nós vamos entrar em boca de fumo, que são perigosas, e recebemos informações que nos defendem porque cada ação tem uma reação", disse.

Sobre a remoção dos corpos dos rapazes da favela antes que fosse feita perícia no local pelo Instituto de Criminalística, o delegado afirmou que o primeiro procedimento da Polícia foi atender e por isso não foi feita a remoção dos corpos. "A Polícia de Investigação tinha que fazer o necrópsico, inclusive solicitamos a presença de uma equipe da PM para trazer as pessoas para um possível atendimento, infelizmente já estavam mortos.

Não ficamos felizes com isso. Às vezes provocamos até acidentes para livrar um animal no trânsito. Como iríamos ter satisfação com a morte dessas pessoas", disse o delegado.

Investigação - O delegado-adjunto, Altino Remy Júnior presidirá um inquérito policial para apurar o caso. O procedimento será acompanhado por um promotor público. "Quero repetir que não trabalho com facínoras e homicidas. Se a apuração dos fatos mostrar o contrário, os culpados serão punidos na forma da lei", disse o delegado Luiz Carlos. A investigação preliminar do caso será feita pelo delegado Cláudio Kikuchi, da 6ª Subdivisão Policial. Ele deverá começar a apuração ouvindo os policiais que participaram da operação.

(C)  
(F)  
(L)  
(V)  
(V)  
(V)  
(V)  
(V)  
(V)  
(V)

Segue o relatório, segue uma série de notícias de jornais de Foz do Iguaçu e ao que parece tudo indica, a impressão da população é de que esses rapazes eram consumidores de craque e havia uma divergência com os fornecedores do produto. E a polícia resolveu acertar o lado dos fornecedores. Essa é a boca corrente que está lá na Região.

Chegaram lá à noite e executaram os quatro rapazes. Os jornais da cidade tiraram foto dos miolos dos rapazes no muro. E várias e várias testemunhas depuseram junto ao Promotor de Justiça e estão sendo ameaçadas por elementos da Polícia Civil que vão às casas sob alegação de fazerem investigações. Estão amedrontando todas as testemunhas. Tem o caso de um menor que se esconde no forro da sua casa com medo de ser morto. E esse delegado já tem um passado triste que denunciei, aqui, desta tribuna. E o delegado tem usado jargões típicos de quem é assassino. Dizendo que prefere ver 15 bandidos mortos do que um policial. Obvio. Mas eu preferia 15 bandidos presos e nenhum policial sob perigo, porque seriam profissionais de ação.

Estamos pedindo que o Governo do Estado faça uma investigação rigorosa sobre o assunto. Porque mesmo a explicação, que não é justificativa, de que os rapazes eram bandidos, não se aplica ao caso. Pode ser uma explicação mas não justifica. Por quê? Os rapazes, somente um deles maior de idade, tinha uma passagem pela delegacia por um pequeno delito de furto, quando tinha 16 anos de idade. Tem que ser levado a sério a denúncia de que a polícia trabalhou para um outro grupo, porque o grupo era fornecedor da favela e estava enfrentando concorrência ou esse grupo não havia pago o produto. Estão sendo ameaçadas também as pessoas que estão trabalhando no caso. O Ministério Público já mandou instaurar um inquérito e está mandando para lá promotores só para cuidar deste caso.

Parece-me um caso de urgência. O Deputado José Tavares já me comunicou que vai mobilizar a Comissão de Direitos Humanos. Por que se não o que vai acontecer? O Estado do Paraná vai se envergonhar, porque a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal é que vem, aqui, tomar conta.

Então nós, Deputados, temos que tomar uma ação urgente. Com aparte o Deputado Valdir Rossoni.

**O Sr. Valdir Rossoni** - Prezado Deputado, recebi aqui o relatório de V.Exa., do Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu e ouvi o seu pronunciamento com atenção e quero dizer a V.Exa. que o nosso Governo não compactua em violência. Temos uma preocupação muito grande de procurarmos resolver todos os problemas por mais graves que eles sejam, de uma forma pacífica e sempre negociada.

Mas acredito sinceramente e quero até requerer a esta Casa e fazer um pedido todo especial ao Deputado Tavares, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para que a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, também tivesse um posicionamento para que pudéssemos levar uma posição da Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Deputado Tavares, para que eu pudesse levar uma posição ao Governo pudesse tomar providências.

Tenho certeza absoluta e quero tranquilizá-lo de que o Governo tomará todas as providências se caso for verdadeira e verdadeiras estas afirmações que V. Exa. está fazendo. Eu tenho certeza que V. Exa. está fazendo esse seu pronunciamento em cima de fatos concretos, mas acho que muito importante, como é gravíssimo estas declarações, esta ação da polícia, eu acho que é importante temos também, como poderia dizer aqui, uma investigação da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, que é o nosso papel, para que nós possamos que, com esta questão concreta levamos ao Governo do Estado e ao próprio Governador para que ele possa tomar as providências.

Muito Obrigado.

**O DR. ROSINHA** - Companheiro Colombo, já naquele final de semana quando houve a execução desses jovens, telefonaram para a minha casa à noite dizendo o que tinha ocorrido, e já o 1º telefonema já dizia que tinham sido exe-

cutados quatro jovens. Nós até não fizemos pronunciamento, nada, até o que sabemos que V.Exa. estava acompanhando o processo, que fomos informados também já naquela noite que V.Exa. estava tomando conhecimento de tudo.

O que me assusta nisso aí tudo é que o nosso Estado que tem uma história bastante pequena, vamos dizer assim, não tem um passado de execuções de massa, como já tem São Paulo e Rio de Janeiro, aqui as execuções são geralmente individuais, mas elas ocorrem, mas é a primeira vez que a polícia executa um grupo de jovens, um grupo de cidadãos.

Acho que pelo relato que foi feito é insuficiente a investigação pura e simples mantendo em Foz do Iguaçu todos aqueles policiais e o Delegado. Esse Delegado que é o chefe dos demais policiais civis, eles não podem permanecer em Foz do Iguaçu, durante a apuração dos fatos. Porque simplesmente vai acabar, ou eles vão intimidar todo mundo, ninguém vai falar absolutamente nada, ou se aquele que teimar em falar vai ser assassinado, porque nós conhecemos como age geralmente a polícia e nível nacional, não só do nosso Estado.

Então acho que é importante esta Comissão, essa Assembleia Legislativa com urgência tomar uma posição de medida de transferência de todos eles para que tenha isenção e que seja um Delegado designado especialmente para este fato como já fez o Ministério Público e não o mesmo Delegado que esteja lá.

**O SR. IRINEU COLOMBO** - Obrigado Deputado, obviamente que tem uma tarefa espinhosa a Comissão de Direitos Humanos uma vez que se instala esta tarefa importante de fazer investigações. Acho que seria, acatando inclusive a idéia do Deputado Rosinha, de que a isenção, que o Delegado não estivesse presente naquele momento talvez seria um método a ser adotado. Mas gostaria de ouvir o Deputado Sérgio Spada que deve conhecer mais profundamente o caso do que nós, porque reside na Cidade de Foz do Iguaçu.

**O SR. SERGIO SPADA** - Deputado Irineu Colombo, eu sou de Foz do Iguaçu, e logicamente tomei notícia desse ocorrido, horas depois de, efetivamente ter acontecido o caso lá na chamada favela do Monsenhor Guilherme, uma das áreas mais complicadas e conflituosas da nossa Cidade de Foz do Iguaçu. Fiquei, realmente, preocupado com os desdobramentos do caso, até porque a notícia que ocorreu, ela naturalmente, ganharia proporções a nível de Estado e até mesmo a nível nacional. Afinal de contas, 4 pessoas foram mortas pela polícia, dessas quatro pessoas foram mortas pela polícia, três, dessas quatro pessoas, menores de idade. Chegando em Curitiba, inclusive, conversando com o Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, relatei o caso com as informações que tinha no momento e sugeria ao Deputado Anibal Khury, que sugerisse, que indicasse, ao Delegado Geral da Polícia, ao Secretário de Segurança um inquérito rigoroso, para apurar a verdade dos fatos, para que fosse elucidado o caso de acordo com a necessidade, o momento, realmente, requereria. Procurei o Delegado Geral da Polícia, o Dr. Braga, inclusive, ele estava indo para Foz do Iguaçu, e ele me falava que estaria instalando um inquérito policial para apurar o fato. E, como não poderia ser diferente, este caso pode ficar, simplesmente, como mais um caso de polícia, afinal de contas, quatro pessoas, três delas menores de idade, foram mortas em circunstâncias que hoje polemiza a opinião pública na Cidade de Foz do Iguaçu. A polícia dando a sua versão e os familiares dos menores dando a versão do que houve, efetivamente, a execução. Tenho falado com pessoas ligadas a Comissão de Direitos Humanos, eles falam com convicção de que houve, efetivamente, a execução, e não a simples morte desses rapazes, o fato é que eu não tenho assim informações suficientes para, efetivamente, acusar a polícia. Mas, olha, este pronunciamento de V. Exa. vem numa boa hora, porque esta Casa, inclusive, eu fui autor de um dos projetos, acho que V. Exa. foi autor de outro projeto, que cria a Comissão de Direitos

Humanos nesta Casa, e ela está sendo instalada pela notícia que o Deputado José Tavares me passa no presente momento. Em ótima hora, afinal de contas, vai ser presidida por um policial de carreira, um delegado que tem um grande serviço prestado a sociedade paranaense, à sociedade brasileira, o Deputado José Tavares, que ganhou notoriedade, inclusive, pelo trabalho que fez e aí o Deputado José Tavares ocupou espaço no cenário político do Estado e até mesmo a nível nacional.

Essa Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa está sendo implantada, instalada, num momento oportuno, para atuar em cima de um caso concreto, que a sociedade de Foz do Iguaçu a sociedade do Paraná estão exigindo esclarecimentos conclusivos, aprofundados, sobre esta questão.

Então, realmente, não dá mais para assistir denúncias de violência aos Direitos Humanos, e nada de concreto sendo feito aqui no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa tem um papel fundamental nesse processo e com a instalação da Comissão de Direitos Humanos, provocado pelo pronunciamento de Vossa Senhoria, tenho certeza que esta questão não vai ficar em brancas nuvens, providências serão tomadas, até porque todas as partes têm declarado, pelo menos, de que queremos ver esse caso elucidado. Parabéns, Deputado Irineu Colombo, por trazer este assunto super importante à discussão nesta tribuna, nesse dia e esperamos que o trabalho desta Comissão da Assembleia Legislativa ajude no esclarecimento do caso, juntamente com aquela Comissão de Sindicância, que foi instalado pela polícia para apurar o caso. Muito Obrigado!

O SR. IRINEU COLOMBO - Muito Obrigado, Deputado Sérgio Spada.

Antes de passar o Aparte ao Deputado José Tavares, eu apenas gostaria de relatar aqui que, as declarações dadas aos jornais pelo Delegado, dizendo que foi recebida a bala na favela, em dois ou três jornais, tem algumas contradições, porque todos eles foram mortos, um, inclusive, com um tiro na nuca, os demais com tiro nas costas. Então, se alguém atira, eu não imagino que alguém receba a polícia atirando de costas. Eu sou um amador! O delegado José Tavares, vamos assim homenagear o nosso Deputado, que tem essas noções elementares de como funcionam as coisas. E, por último, eu gostaria de relatar aqui que um dos rapazes mortos pela Polícia Civil na manhã de sexta-feira, diz aqui, é Armando Oziel Magelos, 16 anos, que fazia a 7ª série do Colégio Mitre no Centro. Ele não tinha passagem por delegacias como dois de seus companheiros. Arnaldo trabalhava no quartel do Corpo de Bombeiros na Avenida JK, era tido como um excelente garoto. Os quatro rapazes mortos teriam uma rixa com um grupo de craqueiros na Favela inclusive estariam sendo ameaçados por eles, moravam com os pais mas resolveram alugar o barraco para ver videogame e televisão, objetos que também teriam sido recolhidos pela polícia, claro que não é uma forma normal alugar um barraco para ver televisão, enfim, não justifica da mesma forma o assassinato, parece-me que tinham condições desses homens serem presos, checados, podem ficar 24 horas detidos pelo Estatuto da Criança, investigados e daí a justiça pode se pronunciar sobre o caso, mas nem isso foi levado em conta. Concedo Aparte ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Deputado José Tavares.

O SR. JOSE TAVARES - Obrigado, Eu gostaria de reafirmar aqui o que eu disse ante de V. Exa, iniciar o seu pronunciamento, comunicando à Casa, com muita satisfação, que estamos realizando hoje a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia. E, estamos em meio a este e outros assuntos que nos inquieta e que nos preocupa porque no Brasil, no Paraná, como Estado Membro da Federação Brasileira, não existe Pena de Morte e nem Pena de Violência, de Agressão, então o Agente do Poder Público, seja ele quem for, não compete atribuições a não ser aquelas prescritas na legislação, qualquer excesso, qualquer atitude além do limite da lei

tem que ser rigorosamente apurado e condenado por todos nós, e é por isso que nasceu esta Comissão de Direitos Humanos aqui na Casa, uma Comissão que nasceu do atendimento amplo da Assembleia, não foi uma coisa deste ou daquele Deputado, deste ou daquele Partido, foi do conjunto da Assembleia com o apoio da Liderança do Governo que lidera a maioria, inclusive nós temos que enaltecer, gostaria até de destacar a postura do Líder no Aparte à V. Exa, quando disse que a Liderança do Governo, que o Governo é contrário a qualquer tipo de violência e um fato isolado envolvendo um Policial Civil aqui, um Policial Militar ali, não representa que seja o Governo que esteja por trás desta ou daquela ação, então a gente acha que se destacar numa hora como essa a posição da Liderança do Governo que vem de encontro ao que a Comissão se propõe e é exatamente o que nós vamos procurar fazer: nos reunirmos, discutirmos, debatermos as questões pertinentes à Comissão e nos posicionarmos junto às Autoridades Governamentais, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, no sentido de que a lei seja efetivamente cumprida e aplicada. O que nós não podemos enquanto membros da Comissão de Direitos Humanos é avaliar qualquer tipo de violência, como disse o Líder, qualquer tipo de arbitrariedade, nós não vamos compactuar com isso, o que nós queremos é que os direitos elementares da cidadania paranaense sejam assegurados em qualquer Município deste Estado e a Comissão estará vigilante, atenta para se posicionar, conhecer, investigar, cobrar das autoridades as providências cabíveis em cada caso. De resto só nos resta lamentar, porque este caso de Foz do Iguaçu, que tem duas semanas aproximadamente nos chocou profundamente e hoje os jornais estampam o caso de um pedreiro, vítima de uma ação de um policial militar, que equivocadamente, por engano, me parece que é o que aconteceu em Foz, vitimou um trabalhador que estava chegando em casa juntamente com seu filho.

Todas essas questões devem merecer desta Casa, da sua Comissão, permanente, de Direitos Humanos um posicionamento claro, firme e isento, mas de maneira objetiva e determinada. Até porque, a Comissão tem que se comportar dessa maneira, porque ela estará expressando um sentimento da maioria da população.

Nós estaremos exatamente a partir de hoje, eu quero reafirmar aqui, o convite aos membros da Comissão de Direitos Humanos, para em seguida a Sessão Plenária, nós nos reunirmos no Plenarinho, porque vai ter na Sala das Comissões uma outra atividade, para aprofundarmos a discussão sobre essa matéria, conhecermos o que de objetivo as autoridades já tomaram em termos de providência. Existe um inquérito. Quem está presidindo está sendo acompanhado por um representante do Ministério Público. Qual é o prazo que se tem para a conclusão desse inquérito. As perícias estão sendo feitas de acordo com a legislação. Não está havendo nenhum desvio de atribuições de função, porque o que nós queremos preservar é a verdade. É esse posicionamento da nossa Comissão.

Portanto, eu cumprimento V. Exa. e cumprimento mais uma vez o Líder do Governo Valdir Rossoni pelas suas posições claras na defesa de questões como esta, que V. Exa. traz à tribuna.

O SR. IRINEU COLOMBO - Obrigado, Srs. Deputados pelo apoio dado a esta questão. Com certeza nós estaremos dando um passo significativo para recompor um pouco a história boa do Estado do Paraná.

Sucesso, Deputado Tavares! Evidentemente nós depositamos essa confiança no trabalho de V. Exa. e sabemos da competência e por isso essa tarefa de se presidir a Comissão de Direitos Humanos.

Portanto, nós com esse pronunciamento estamos cumprindo um pedido feito pelo Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu, porque essa Assembleia não se furto da vez anterior de instalar a CPI da Prostituição Infantil, que também foi provocação desta Comissão.

Nós estamos cumprindo com o nosso dever político e legal. E assim esperamos que tenhamos sucesso também nessa investigação da Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças: PL; PSDB; PT.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Angelo Vanhoni, a Mesa registra com satisfação a presença do Presidente da III Zona do PMDB, o nosso companheiro Daniel Cordeiro.

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente em exercício no dia de hoje, Deputado Luiz Claudio Romanelli, Srs. Deputados presentes hoje na Sessão da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, meu caro amigo Deputado Alborghetti ocupando a 2ª Secretaria na Mesa Executiva nos trabalhos de hoje, caro Deputado Luiz Carlos Martins respondendo pela 1ª Secretaria, a questão que me traz hoje aqui, mesmo porque eu vi o programa de V.Exa., Deputado Alborghetti, quando V.Exa. estava fazendo um anúncio no seu programa de televisão, a respeito de um periódico que está sendo distribuído esta semana na cidade de Curitiba, chamado Trovão Azul.

V.Exa. falava a respeito dos problemas que aconteceram na "Leasing" do Banco do Estado do Paraná. E disse até que certidão de cadáver, alguma coisa assim existia nos processos da "Leasing".

Eu queria dizer que amanhã estou entrando com um Pedido de Informações a esta Casa de Leis e gostaria que a Assembléia Legislativa aceitasse esse Pedido de Informações, porque eu não posso entender como o Banco do Estado do Paraná, depois de tudo o que aconteceu e eu estive fazendo uma sondagem no mercado financeiro nacional, telefonei para as corretoras e para bancos do Eixo de Rio-São Paulo. Eu não sei como o Banco do Estado do Paraná, através da corretora do Banco do Estado, comprou perto de 30 milhões de reais em títulos de Santa Catarina, Alagoas, Pernambuco, que estavam de posse da corretora DIVALPAR, agora há questão de 25 dias atrás.

Espantem-se Srs., não há um único Banco do sistema financeiro deste País que compraria um único título deste episódio depois de 6 meses do que aconteceu.

O SR. ALBORGHETTI - O que eu disse foi que o jornal traz uma denúncia que é de arrepiar cabelo de cadáver no IML.

O SR. ANGELO VANHONI - Exatamente. As suas palavras eram estas, isto é, para careca nenhum botar defeito na assombração.

E eu me pergunto, como é que pode o Banco do Estado do Paraná, passando por um período de ajuste, passando por um período de moralização, eu sei que o Presidente do Banco estava em viagem, pelo Canadá, não teve conhecimento. O que se diz, dentro da diretoria do Banestado e dentro do próprio Governo do Estado, é que o vice-Presidente do Banco do Estado, o Capozzi, que era superintendente do Banco do Brasil, pediu demissão, em função deste episódio, que autorizou e determinou a compra de perto de 30 milhões da corretora DIVALPAR, de títulos, sabidamente, que são mico. Nunca mais o Banco do Estado, o contribuinte paranaense vai obter um único centavo de rentabilidade. Nem o Banco do Brasil compraria estes títulos!

V.Exas. podem determinar à Comissão de Finanças e Economia da Assembléia para que faça uma investigação no sistema financeiro nacional se alguma instituição financeira quer comprar estes títulos. A única que comprou foi o Banestado!

Eu gostaria de obter da direção do Banco que veio aqui em duas oportunidades e nos convenceu ou não, mas de certa maneira, utilizou todos os critérios técnicos para dizer o seguinte: "A rentabilidade é inquestionável, não há prejuízo para a comunidade, não há prejuízo para o Estado do Paraná." Isso em algumas operações do passado. Eu gostaria de saber se o Banco do Estado do Paraná, a sua direção, continua com a mesma interpretação de rentabilidade a respeito desse episódio?

Concedo o aparte ao Deputado Rossoni.

O SR. ROSSONI - Eu estava agora com a minha assessoria

tentando conversar com o Presidente do Banestado, mas não foi possível, e nem com o Secretário de Finanças. Mas quero dizer a V.Exa. que o diretor presidente da Banestado corretora e os diretores foram demitidos. Eu só queria confirmar, e tenho certeza que prestaremos estes esclarecimentos para V.Exa., se uma das questões foi essa. Mas tenho quase que certeza que a demissão do diretor presidente da Banestado Corretora e dos diretores foi devido a esta questão que V.Exa. está levantando. Maiores informações eu espero prestar até amanhã a V.Exa. se for possível.

O SR. ANGELO VANHONI - Espero que a sua informação esteja correta, porque é inadmissível tratar o dinheiro do Governo do Estado, o dinheiro dos contribuintes, aplicações e depósitos que o Governo faz, que, num ato irresponsável desses causa um prejuízo de 30 milhões de reais!

Sabem quantos anos tem que trabalhar uma agência do Banco, como a agência aqui do Centro Cívico para dar um lucro para compensar um prejuízo desses? 10 anos, 10 anos! Por mais que as taxas de juros estejam elevadas e que o sistema financeiro esteja obtendo altos lucros, mas a taxa de intermediação bancária ela é pequena. E do ponto de vista do custeio, do benefício, da lucratividade do Banco, vai precisar 10 anos para uma agência dessa poder restituir um prejuízo, que uma canetada de dois irresponsáveis fizeram, não para o Banco do Estado, mas para os contribuintes para o Estado do Paraná, como um todo.

Estes gestos não podem mais acontecer na administração do nosso Banco senão todos nós seremos responsabilizados pelo prejuízo dessa instituição.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu e o Deputado Duílio Genari temos a satisfação de registrar aqui a presença do Prefeito de Nova Aurora, Delmo Raul Pasoni, nosso amigo.

O SR. PRESIDENTE (Romanelli) - A Mesa se associa a V.Exa. ainda no Horário das Lideranças, Liderança do PTF-PPB, PMDB, PDT, Liderança do Governo. (Todos Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. - **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 263/97, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Marneleiro. **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI Nº 263/97**

**REDAÇÃO FINAL**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Marneleiro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.10.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

**ITEM 02**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 480/97, de autoria dos Deputados Aníbal Khury e Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Judô, com sede e foro no Município de Cascavel. **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI Nº 480/97**

**REDAÇÃO FINAL**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Judô, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.10.97

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

**ITEM 03**

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 334/97, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Fundação Wilson Marcelino Filho, com sede em Curitiba e foro na Cidade de Florianópolis. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 466/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Escola Evangélica de Carambel - Ensino de 1º Grau, com sede e foro na Cidade de Carambel. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 534/97, de autoria do Deputado Caio Quintana que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Casa Familiar Rural de Capanema, com sede e foro no Município de Capanema. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 508/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Monte Sinai de Assistência Social Educacional Cultural e Desportivos; com sede e foro na Cidade de Terra Roxa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. [Publ. no D.A. nº 161 de**

**01.10.97)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI Nº 508/97**

**P A R E C E R:**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Evangélica Monte Sinai de Assistência Social Educacional, Cultural e Desportivos, com sede e foro na Cidade de Terra Roxa, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 07**

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 514/97, de autoria do Deputado Duffio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos da Comunidade de São Miguel - Fraternidade, com sede e foro no Distrito de São Miguel, Município de Toledo. **(Publ. no D.A. nº 165 de 06.10.97)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI Nº 514/97**

**P A R E C E R:**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Duffio Genari, visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Idosos da Comunidade de São Miguel - Fraternidade, com sede e foro no Distrito de São Miguel, Município de Toledo - Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 08**

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 526/97, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora da Saúde Água Quente dos Luz, com sede e foro no Município de Rebouças. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. [Publ. no D.A. nº 167, de 08.10.97]**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI Nº 526/97**

**P A R E C E R:**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora da Saúde Água Quente dos Luz, com sede e foro no Município de Rebouças.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 09**

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 540/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Umuarama, com sede e foro na Cidade de Umuarama. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. [Publ. no D.A. nº 169, de 09.10.97]**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI Nº 540/97**

**P A R E C E R:**



O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Umuarama, com sede e foro na Cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2434 e 2435, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2436, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2438, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2441, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2442, 2443 e 2444, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2446, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2447, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2449, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimentos nºs 2450, 2451, 2452, 2453 e 2454, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2458, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 2459, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 2460, de autoria do Sr. Deputado Calto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2461, 2462, 2463 e 2464, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2465 e 2466, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2467 e 2468, de autoria do Sr. Deputado João Techy, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária, para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 438, 454, 448 e 511/97.

Marco ainda uma sessão ordinária para quarta-feira,

dia 22, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 508, 514, 526 e 540/97.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/97.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DOUTOR ROSINHA, EM SESSÃO DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 1997.

#### "LUZES DA CIDADE"

Jornal do Estado.

#### Violência e desespero na Cidade-Modelo

Sandra Nassar

Curitiba viveu nos últimos dias cenas de violência e desespero típicas das grandes metrópoles, que trazem à tona o sofrimento dos excluídos, a crueldade dos assassinos e o envolvimento cada vez maior de adolescentes em assaltos. O servente Edivandro Soares dos Santos, 35 anos, seis filhos, ameaçou matar a família e se entregar à polícia na quinta-feira, por ter sido despejado do barraco que ocupava debaixo de uma torre de alta tensão da COPEL, no Município de Colombo.

Edivandro não tem para onde ir. Ele integra o batalhão de agricultores que deixou a terra para engrossar a fileira dos miseráveis na periferia dos grandes centros. Saiu de Vera Cruz do Oeste para "melhorar" de vida. Na Região Metropolitana de Curitiba, não conseguiu pagar aluguel e armou um barraco em área de risco da COPEL. A família foi abrigada provisoriamente na casa de um vereador.

Quarta-feira à noite, dois adolescentes assaltavam um ônibus da linha Jardim Santa Rita, no Tatuquara, quando foram surpreendidos por um policial civil. Houve troca de tiros. Leandro de Jesus Santos, 15 anos, morreu no local. Um passageiro ficou ferido. Na mesma noite, a fotógrafa Leila Wright, 36 anos, foi morta dentro de casa, no Jardim Social - bairro nobre da cidade - com 14 facadas. Leila foi torturada antes de morrer.

A fotógrafa já tinha uma história triste: era filha do Deputado Paulo Wright, caçado pela ditadura militar, que morreu sob tortura nos porões do DOI/CODI, depois de ter sido seqüestrado pelo Exército, no final da década de 70. A violência em Curitiba não é sensacionalismo de jornal e TV. É real e cruel. Independe de bairro ou classe social. Aumenta, pela lógica, na proporção que a cidade cresce. Deixa a população amedrontada e vai colocando moradores e equipamentos detrs de grades.

A vítima mais recente é o Passeio Público, que aos 111 anos de existência está sendo cercado por grades de metal para impedir a invasão de marginais. Pobre Passeio, pobres habitantes da capital com melhor qualidade de vida do país. Uma qualidade que perde pontos a cada crime que entra nas estatísticas da violência.

O servente sem-teto Edivandro, a mulher e seis filhos também são vítimas da violência. A violência da falta de moradia, da fome, do subemprego e da pouquíssima perspectiva de vida. A violência dos programas oficiais equivocados, da injusta distribuição de renda, apesar dos frangos, iogurtes e dentaduras do Real.

O duro é saber que às vésperas do 3º Milênio, o mundo está cada vez mais desumano: os pobres triplicaram de número e os ricos ficaram mais ricos. Há 1,3 bilhões de pobres; 840 milhões de desnutridos, dos quais 160 milhões, crianças. A frase sábia de uma diarista dos meus tempos de Brasília resume a situação: "Trabalho não cansa, o que cansa é passar fome."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA

CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEIVO BERALDIN, EM SESSÃO DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 1997.

**"Projeto Bom Aluno  
O que é e como nasceu"**

Francisco Simeão Rodrigues Neto e  
Luiz Bonacin Filho

Há quatro anos, em 1993, discutíamos na empresa Pinhais Empreendimentos Imobiliários Ltda, qual deveria ser o compromisso de empresários bem sucedidos na sociedade em que vivíamos. A nós estava claro que não era apenas o compromisso de bem conduzir os negócios da empresa e auferir dela os resultados financeiros, para nosso usufruto e bem-estar.

Em nossos questionamentos, concluímos que a solidiedade teria de ser o sentimento que haveria de tomar conta da sociedade brasileira, única forma de reconstruir o nosso país, onde vive um povo pacífico, sem ódios ou rancores, sentimentos esses tão comuns em outros países com problemas religiosos e raciais. O Brasil é um país potencialmente rico, com grandes recursos naturais, mas que, no entanto, abriga uma maioria de gente pobre, sem direito ao sonho e à esperança de melhorar sua condição de vida.

Ao avaliarmos a parcela da população mais sofrida, aquela que vive nas piores condições que se possa imaginar, também consolidamos o entendimento de que a nossa maior deficiência é a falta de escolaridade e treinamento técnico.

Estamos convencidos de que o caminho seguro para corrigir as distorções sociais em nosso país é, sem dúvida, o da escola, o do treinamento técnico daquela camada social que hoje está fora do contexto de uma vida digna.

Nossa convicção apoiou-se, inclusive, na avaliação de nações que foram arrasadas por guerras, como o Japão e a Alemanha, mas que puderam ser reconstruídas no lapso de apenas duas gerações, graças ao seu povo disciplinado e com bons conhecimentos escolares e técnicos.

Por estarmos convencidos de que nenhum governo, sozinho, irá dar solução ao problema da pobreza da maioria do povo brasileiro, concluímos que a solução teria que vir do esforço conjunto da sociedade brasileira, que precisa ser convocada para esta tarefa tão importante.

Percebemos, em pesquisas efetuadas, que muita gente talentosa está sendo desperdiçada em nosso país, por não ter a menor chance de furar o bloqueio das dificuldades conjunturais.

O meu sócio, Luiz Bonacin, eu e nossas famílias, decidimos que sobre a parcela que estivesse ao nosso alcance, nosso país não iria mais abrir mão desses talentos, razão pela qual idealizamos o Projeto "Bom Aluno", que iniciou suas atividades no ano de 1994, selecionando pouco mais de três dezenas de alunos, quantidade essa que foi ampliada ano-a-ano, até completar os 200 alunos que, daqui para a frente será o número permanente do Projeto.

Temos que nos adequar aos novos tempos, conscientes de que nosso país está mudando rapidamente, não só pela vontade política de sua gente, mas também pressionado pela globalização da economia, que tem exigido muito mais de todos nós.

A globalização da economia não é uma opção ou decisão de governo, mas sim um fato, uma revolução mundial, algo irreversível, um mundo novo onde as pessoas terão de demonstrar muita capacidade, técnica e produtividade. Os profissionais desta nova era terão que ser fluentes em inglês, para terem facilidade de acesso à informação, ter bons conhecimentos da área da informática e treinamento adequado para produzir, ou comandar a produção.

Nós empresários, temos sido muito egoístas, comportamento esse que, até por uma questão de sobrevivência, pode-se dizer é característica da espécie. No entanto, todos nós temos que nos conscientizar de que estamos em situação de emergência, sendo imprescindível nossa participação no esforço de melhorar a situação econômica das camadas menos favorecidas.

Nossa decisão de implementar o Projeto "Bom Aluno" foi calcada no fato de acharmos que os empresários

não devem mais se limitar a fazer críticas à ação dos governos ou aos desacertos do passado, e sim dar sua contribuição para a solução dos problemas.

Na oportunidade em que decidimos pela implementação do Projeto "Bom Aluno", por diversas vezes nos vieram à mente as palavras proferidas pelo ex-Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, em seu discurso de posse: "... não pergunte ao seu país o que ele pode fazer por você, mas pergunte a si mesmo o que você pode fazer pelo seu país".

Sabíamos que estávamos diante de uma grande oportunidade, não só de dar uma significativa contribuição ao Brasil, diretamente, com o nosso sacrifício, mas principalmente, de desenvolver uma proposta capaz de sensibilizar milhares de outros empresários a copiarem o Projeto "Bom Aluno", ampliando os benefícios e os resultados para o país.

Desse sentimento e desse momento mágico, nasceu a proposta do Projeto "Bom Aluno" que seria desenvolvido exclusivamente com os recursos financeiros da nossa empresa, sem ajuda do governo, nem mesmo através de favores fiscais. Não queremos nem pedimos qualquer ajuda financeira de outras empresas, ou de pessoas. Queremos apenas dar nossa contrapartida ao país que tanto nos tem dado.

Antes de iniciar o Projeto, discutimos a fundo todos os aspectos da proposta, amadurecendo a idéia original por um bom tempo. Concluímos que nosso esforço e sacrifício, por mais boa vontade que tivéssemos, poderiam resultar em frustração pessoal, caso não buscássemos algo novo, criativo, com resultados efetivos.

Sempre tivemos em mente que o empresário, em sua luta cotidiana, busca o lucro para a manutenção de seu empreendimento e dos postos de trabalho que proporciona. A busca do lucro, social neste caso, teria que ser um desafio claro, cujos resultados deveriam se multiplicar na medida em que os objetivos da concepção do Projeto fossem sendo alcançados.

Na empresa, o desafio permanente é utilizar bem os recursos existentes. Essa foi a razão que nos levou a selecionar apenas os mais esforçados, aqueles que realmente tivessem vontade de ajudar a si próprios. O Projeto "Bom Aluno", que a partir deste ano de 1997 abriga 200 alunos, em caráter permanente, exige, além de bom comportamento e apoio familiar, no mínimo "nota 7" em todas as matérias, tanto para o aluno entrar, como para manter-se no Projeto.

Os alunos do Projeto recebem uniforme e material escolar, transporte, cursos de inglês e computação, além de outros cursos profissionalizantes e todo o apoio necessário para sua adaptação, para que não percam a oportunidade de se manterem no Projeto. Após a conclusão do curso de cinco anos de inglês, no Brasil, lhes é propiciado um estágio de 60 dias em países de língua inglesa, para que possam adquirir fluência.

O estudante do Projeto "Bom Aluno", que decidirá até onde quer chegar nos estudos, podendo optar por cursos profissionalizantes, dentro do talento e vontade de cada um, também estará amparado se quiser entrar na universidade, quando ser-lhe é propiciado o pagamento das mensalidades, livros e material escolar.

Aqueles que se destacarem e conquistarem vagas em cursos de pós-graduação no exterior, nas melhores universidades do mundo, tais como Harvard, Princeton, Columbia, Yale, Oxford, Cambridge e tantas outras, terão, do Projeto "Bom Aluno" os recursos necessários.

Albert Einstein, uma das maiores inteligências da humanidade, dizia que o conhecimento, tido por muitos como sendo o maior bem do homem, é superado apenas pela imaginação, que o maior bem que o homem pode possuir.

Ao fazermos essa citação, queremos enfatizar que as pessoas, para crescerem na vida, primeiro devem sonhar, e quanto maior for o sonho, aliado ao esforço e à determinação, mais longe poderão chegar.

Convocamos os estudantes do Projeto "Bom Aluno" a sonhar coisas grandiosas, sem medo. Queremos que ousem sonhar alto, do tamanho do esforço que estiverem

dispostos a assumir, sem perder a humildade. Nós vamos ajudá-los a materializar os seus sonhos. O Brasil precisa que melhorem de vida, cresçam e abram seus horizontes, para ajudar o país e as suas famílias a conquistar uma vida melhor.

E quando conseguirem tornar seus sonhos realidade, queremos que cada um dos alunos do Projeto, espontaneamente, assuma um compromisso muito sério, consigo mesmo, do fundo da alma: o de ajudar outros dois bons alunos, dentro da mesma filosofia, a encontrarem seu caminho, realizarem seus sonhos e poderem ajudar novamente outros dois, e assim sucessivamente.

Essa é a essência, a base, o grande objetivo do Projeto "Bom Aluno", para ajudar a melhorar o país. Primeiro, cada um terá que ajudar a si próprio. Depois que estiver fortalecido, em boa condição financeira, que ajude outros dois, pessoalmente, não só pagando os estudos, mas também acompanhando seu desenvolvimento escolar.

Os pobres se mantêm nessa condição por absoluta falta de oportunidades, de estudos e preparo profissional. Por isso, queremos oferecer aos bons alunos, oriundos de famílias de menor renda, uma oportunidade para mudarem a história de suas vidas de seus filhos e gerações seguintes.

Por não terem estudado, muitas pessoas ganham pouco; e por ganharem pouco, não conseguem pagar os estudos de seus filhos, criando, assim, um círculo vicioso. Agora, pelo menos aqueles que estão abrigados no Projeto "Bom Aluno", terão a oportunidade de mudar a história de suas famílias e de suas vidas. Evidentemente, os médicos, advogados, engenheiros, administradores de empresas e outros profissionais que serão formados com o apoio do Projeto "Bom Aluno" estarão propiciando aos seus filhos as mesmas oportunidades que tiveram, mudando, assim, a história de suas futuras gerações.

Assim disse Ayrton Senna: "A Vitória vem da vontade de fazer tudo certo, do começo ao fim. De não se permitir errar, e dar de si o máximo absoluto". Estamos convencidos de que os estudantes do Projeto "Bom Aluno" se apoiarão nesse ensinamento do nosso saudoso Ayrton Senna e não desperdiçarão a chance que estão tendo.

Queremos que nossos filhos, netos e demais gerações vivam no Brasil, não precisando buscar a realização de seus sonhos em outro rincão. Queremos poder curtir a ambição de legar a eles um país melhor do que aquele que nossos pais nos deixaram. Queremos, ao cultivar esse sentimento de amor ao Brasil, ajudar a desenvolver esse tipo de sentimento em todos os alunos estudiosos e aplicados do Projeto "Bom Aluno", futuros campeões, que por certo terão um lugar de destaque na vida do nosso país, ajudando na melhoria das condições de vida de nossa gente.

Nossa ambição e compromisso não se limitam aos 200 alunos do Projeto. Estamos habituados, em nossas vidas, a sempre sonhar mais alto. Por isso, queremos ousar algo bem maior. Queremos convencer outros empresários de boa vontade a copiarem o Projeto "Bom Aluno", em todos os seus acertos e, naturalmente, enriquecerem a proposta com sua criatividade e competência.

Manteremos, em Curitiba, uma equipe para treinar os profissionais que serão encarregados da condução dos novos projetos que, esperamos, irão se multiplicar no Brasil inteiro.

O Projeto "Bom Aluno", em sua essência, em sua disciplina em relação à exigência da nota 7, no mínimo, em todas as matérias, além de outras características, não pode ser ajudado pelo governo, na forma tradicional. Ao Projeto "Bom Aluno" não se deve outorgar favores fiscais, ajudas financeiras ou financiamentos. A base fundamental do Projeto "Bom Aluno" é ser uma contribuição efetiva e eficaz de empresários bem sucedidos, que poderão, assim, dar uma grande ajuda ao país, nesta quadra de dificuldades sociais em que se encontra.

Para ajudar o Projeto "Bom Aluno", a classe política e os homens públicos, com sua liderança, devem convocar, sensibilizar e estimular os empresários do seu relacionamento a contribuírem com o país, cada qual dentro de suas possibilidades.

Essa é a forma dos políticos e do governo participarem do Projeto "Bom Aluno": usar de seu prestígio, credibilidade e liderança, para convocar os empresários a dar sua contribuição à Pátria. Em nosso entendimento, quem ama o Brasil e quer legar às futuras gerações um país melhor, tem que começar dando o exemplo, contribuindo pessoalmente no esforço.

O Projeto "Bom Aluno", a partir de agora, está aberto ao público e à imprensa, com a qual contamos para nos ajudar na divulgação dos resultados, que já são consistentes, motivando o nascimento de um sentimento novo no Brasil.

A felicidade de ver os resultados e o crescimento intelectual de crianças até então proibidas de sonhar, é tão intensa que já não podemos abrir mão disso.

A partir do próximo ano, queremos dedicar parte do nosso tempo viajando pelo Brasil, mostrando os resultados dessa experiência, convencendo outras pessoas a fazerem o mesmo.

Temos a convicção de que, em período curto, esta ideia vai permitir que mais de cinco mil crianças brasileiras pobres conquistem o direito de sonhar e de serem felizes.

Essa é a nossa ambição, e é a felicidade que pretendemos conquistar.

— Que Deus nos ajude!